Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Sábado, 7, a segunda-feira, 9 de setembro de 2024

EDIÇÃO 25.159

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

As intervenções de restauração e duplicação serão feitas em 13,4 quilômetros entre Belo Horizonte e Caeté FOTO: LUIZ SANTANA / ALMG

Edital da BR-381 prevê aportes de R$ 521,4 mi

% ECONOMIA Governo federal lança licitação para a realização de obras de restauração e duplicação no trecho entre a Capital e Caeté

Com investimento inicial previsto de R$ 521,4 milhões, o trecho da BR-381 entre Belo Horizonte e Caeté será restaurado e duplicado. Os motoristas que passam pela rodovia enfrentam longos congestionamentos. O edital de licitação foi publicado pelo Ministério dos Transportes no Diário Oficial de sexta-feira (6) para viabilizar as obras. As intervenções serão realizadas em 13,4 quilômetros, do entroncamento com a MG-435 em Caeté até o quilômetro da MG-020, na capital mineira.

Os interessados devem encaminhar propostas para o governo federal, que agendou para o dia 4 de dezembro a abertura dos envelopes.

O certame de concessão da BR-381 até Governador Valadares foi vencido pela 4UM Investimentos em agosto. Para garantir o êxito do leilão, foram feitas adequações no projeto. A principal mudança foi a transferência das obras da saída de Belo Horizonte para o Dnit. % PÁG. 3

Mercado de trabalho do Brasil enfrenta barreiras para alcançar a sonhada condição de pleno emprego

Apesar de a taxa de desocupação ter recuado para 6,8%, o Brasil enfrenta dificuldades para chegar ao sonhado pleno emprego. A informalidade e a precarização são barreiras para atingir a meta, avaliam especialistas. Para a presidente do Corecon-MG, Valquíria Aparecida Assis, fatores estruturais e mudanças recentes no mercado de trabalho impedem a condição de pleno emprego no País, incluindo os baixos salários pagos por alguns setores. "Isso desestimula os trabalhadores a aceitarem as vagas formais", ressalta. % PÁG. 5

Os baixos salários pagos por alguns setores dificultam a formalização plena de empregos FOTO: AMANDA PEROBELLI / REUTERS

Balança comercial mineira tem saldo de US$ 17,2 bi % PÁG. 4

Inflação registra primeira queda do ano em BH % PÁG. 14

Falta de mão de obra na construção tem solução % PÁG. 11

% EDITORIAL

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) enxerga má-fé ou a possibilidade da existência de uma "indústria de indenizações" na multiplicação de demandas judiciais envolvendo o programa Minha Casa, Minha Vida. O número de novas ações indenizatórias por supostos vícios na construção subiu de 3,3 mil em 1918 para 28,4 mil em 2021, com projeções de 35,5 mil no ano passado. No total, medido apenas até março do ano passado, eram 126 mil ações ajuizadas. Uma situação que contribui também para o estrangulamento do Judiciário e se transformou em pauta do Conselho Nacional de Justiça e do próprio Supremo Tribunal Federal. % PÁG. 2

% ARTIGOS

A Embrapa Gado de Leite lançou o Anuário Leite 2024 em Juiz de Fora, na Zona da Mata FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALISSON J. SILVA

Anuário Leite 2024 atualiza as informações sobre a cadeia produtiva nacional

O Anuário Leite 2024 foi lançado pela Embrapa Gado de Leite em Juiz de Fora, na Zona da Mata. A publicação é uma importante ferramenta para atualização dos pecuaristas. Além de reunir informações sobre o mercado lácteo, apresenta resultados de pesquisas e tendências para a produção. Uma das grandes novidades é a avaliação genômica multirracial, que está sendo desenvolvida por pesquisadores. De acordo com o chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, Denis Teixeira da Rocha, o anuário reúne os principais dados e estatísticas da cadeia leiteira nacional. % PÁG. 8

Andradas oferece aos pilotos a possibilidade de voar em todos os quadrantes de vento FOTO: DIVULGAÇÃO / VETOR ESPORTES

Pan-Americano de Parapente vai agitar o turismo em Andradas, no Sul de Minas

A realização do Pan-Americano de Parapente, entre os próximos dias 14 e 21, vai movimentar o turismo em Andradas e cidades vizinhas, no Sul de Minas. A expectativa é que mais de 8 mil pessoas circulem na região, entre atletas, equipes, imprensa e amantes do esporte. Segundo o presidente da Vetor Esportes, Luís Cruz, o município foi escolhido para sediar o evento devido às condições naturais do Pico do Gavião, que proporcionam segurança aos pilotos, além da possibilidade de voar em todos os quadrantes de vento. % PÁG. 10

DÓLAR DIA 6

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,5890	R$ 5,5900
TURISMO	R$ 5,6250	R$ 5,8050
PTAX (BC)	R$ 5,5696	R$ 5,5702

EURO DIA 6

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 6,1739	R$ 6,1751

OURO DIA 6

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.497,39
BM&F (g)	R$ 451,95

TR dia 9	0,0671%
POUPANÇA dia 9	0,5674%
IPCA – IBGE julho	0,38%
IPCA – IPEAD julho	0,55%
IGP-M julho	0,61%

BOVESPA

OPINIÃO

Equilíbrio poupança e consumo gera crescimento sustentável

Thiago Savian
Diretor Comercial da Unifisa

No contexto econômico atual, onde o consumo desenfreado muitas vezes é incentivado como motor de crescimento, é crucial reavaliar a importância do equilíbrio entre poupança e consumo para alcançar um desenvolvimento econômico mais sustentável. Este equilíbrio não apenas fortalece a resiliência financeira individual e coletiva, mas também sustenta uma base sólida para o avanço econômico a longo prazo.

Esse rendimento desempenha um papel fundamental nas finanças ao proporcionar recursos para investimentos produtivos. Quando os indivíduos e as famílias economizam, acumulando recursos que podem ser canalizados para investimentos em negócios, infraestrutura e inovação. Esses investimentos não apenas impulsionam a criação de empregos e aumentam a produtividade, mas também estimulam a economia sustentável ao longo do tempo.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), o indicador brasileiro fica abaixo de alguns países latino-americanos e é bem inferior ao de países asiáticos. A taxa do México, por exemplo, deve fechar em 22,6% do PIB neste ano, enquanto a do Chile atingirá 19,8% do PIB e a do Peru, 19% do PIB, segundo números do FMI. Entre os asiáticos, o nível de poupança deve alcançar 44% do PIB na China, ficando em quase 30% do PIB na Índia e na Indonésia e em 26,8% do PIB na Malásia.

Em tempos de crises econômicas, desemprego ou emergências pessoais, ter reservas financeiras pode ajudar a mitigar os impactos adversos e sustentar o consumo básico sem recorrer a endividamentos insustentáveis. Por outro lado, é essencial para impulsionar a demanda agregada na economia, estimulando a produção e o emprego. Quando confiantes e bem informados, contribuem para um ciclo econômico saudável, onde estimulem não apenas o bem-estar material, mas também o desenvolvimento social e cultural.

Neste ponto, é crucial a diferença entre consumo sustentável e consumo excessivo. Em linhas gerais podemos dizer que o primeiro envolve escolhas conscientes que consideram o impacto ambiental, social e econômico a longo prazo, que incentiva padrões responsáveis não apenas preservando recursos naturais finitos, mas também apoiando práticas empresariais éticas, promovendo assim uma economia mais equitativa e inclusiva. Já o segundo já se diz, desmoderado, e muitas vezes desnecessário.

Isso resulta da interação equilibrada entre poupança e consumo. Quando os indivíduos e as famílias poupam de forma consistente, eles contribuem para a acumulação de capital que alimenta o investimento produtivo e a inovação. Por outro lado, quando responsável e bem gerido, sustenta a demanda agregada e impulsiona a atividade econômica.

Para o país, alcançar um crescimento financeiro sustentável requer políticas públicas que impulsionam a poupança pessoal e familiar, ao mesmo tempo, promovam um ambiente favorável ao consumo responsável e sustentável. Isso pode incluir medidas como educação financeira, incentivos fiscais e investimento, regulamentações que apoiam práticas comerciais responsáveis e políticas de sustentabilidade ambiental.

Por fim, concluo que encorajar uma cultura de poupança responsável enquanto promove um consumo consciente e sustentável é fundamental para construir uma economia robusta e equitativa. O consórcio é uma poupança "turbinada", a qualquer momento, seja por sorteio ou lance ao fazê-lo, não apenas fortalecemos a segurança financeira individual e coletiva, mas também asseguramos um futuro próspero e sustentável para o país.

A insolência do magnata

Cesar Vanucci
Jornalista (cantonius1@yahoo.com.br)

"A liberdade de expressão não pode ser utilizada como escudo para atividades ilícitas". (Ministro Alexandre de Moraes)

Acontece que: 1 - O Brasil é uma democracia pujante com instituições republicanas consolidadas; 2 - Os brasileiros ufanam-se dessa invejável condição, abominando toda manifestação que encerre propósito de alvejar os valores pátrios; 3 - Nenhum magnata dono de plataforma digital é ungido, pelos deuses do Olimpo, como ente supranacional com poderes de ditar regras a Estados soberanos, recusando-se a cumprir suas leis; 4 - O território sagrado de uma nação não é "casa de |Mãe Joana"; 5 - Instrumento criado com o nobilitante objetivo de promover o bem-estar social, a internet não pode tornar-se uma "terra de ninguém".

Em assim sendo, não há como justificar o comportamento acintoso, com laivos terroristas, do politiqueiro Elon Musk, proprietário de conglomerado multinacional que inclui a rede social X. Chamado pertinentemente às falas pelo Supremo, o birrento e insolente empresário resolveu desafiar a Corte e, via de consequência, os Poderes constituídos da Nação. Negou-se, com desfaçatez, lançando no ar impropérios contra figuras representativas de nossa vida pública, a banir de sua plataforma ataques raivosos ao regime democrático. A ação corrosiva condenada pela lei e repelida pela consciência popular, diz respeito à propaganda de ódio, de feição racista, misógina, nazista, pedófila e assim vai. O argumento farisaico usado é de que sua atitude se inspira – vejam só a audácia – na "liberdade de expressão".

Agravando – e muito – a inaceitável postura, ordenou o fechamento do escritório de representação do X em nosso território. Como todo mundo está calvo de saber, em nenhuma parte de nossa aldeia global uma empresa pode executar suas operações sem representação legal com endereço e CNPJ. Esgotadas as tentativas de dissuadi-lo da maluquice trombeteada, o Judiciário, como é de seu indeclinável dever, determinou a suspensão das atividades do antigo Twitter, até que a designação de representante oficial da empresa seja efetivada. Nesse meio tempo, ganhando ressonância mundial, a questão passou a envolver também outra empresa do grupo comandada pelo magnata. A primeira reação dessa outra empresa foi de embarcar na palhaçada da desobediência, mas acabou por reconhecer que o recuo era o melhor a ser feito, com o deslocamento das divergências legais para um ambiente próprio, ou seja, a Corte, onde são tomadas decisões judiciais.

As encrencas protagonizadas por Elon não se cingem ao Brasil. No Reino Unido, Austrália, França, Índia e Turquia ele andou comprando briga, mas acabou voltando atrás. Na Arábia Saudita e na China o X é impedido de operar, mas ele não dá um pio, finge-se de morto, para não "atrapalhar" outros rendosos negócios.

A flamejante contenda comporta, obviamente, desdobramentos, ficando claro, todavia, que a posição adotada pelo Poder Judiciário acha-se ancorada em princípios legais legítimos.

EDITORIAL

Desvios a esclarecer

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) enxerga má-fé ou a possibilidade da existência de uma "indústria de indenizações" na multiplicação de demandas judiciais envolvendo o programa Minha Casa, Minha Vida. São números que de fato chamam atenção. O número de novas ações indenizatórias por supostos vícios na construção subiu de 3,3 mil em 1918 para 28,4 mil em 2021, com projeções de 35,5 mil no ano passado. No total, medido apenas até março do ano passado, eram 126 mil ações ajuizadas. Uma situação que contribui também para o estrangulamento do Judiciário e se transformou em pauta do Conselho Nacional de Justiça e do próprio Supremo Tribunal Federal (STF), ambos trabalhando para identificar a possibilidade de desvios de conduta.

O levantamento do setor da construção, realizado através da Cbic, reforça a possibilidade de estarem ocorrendo demandas de conveniência. Por exemplo, apurou-se que o valor médio das ações contra o programa está na faixa dos R$ 110 mil, com objetivo meramente financeiro, uma vez que os processos sequer chegam a pedir correção dos vícios apontados. Igualmente levanta questionamentos o fato de apenas um advogado patrocinar 25 mil ações do tipo, enquanto 5 outros teriam 8 mil ações cada um, sendo também comuns a apresentação de petições idênticas. Além disso, em 80% dos casos, segundo a Cbic, as demandas são genéricas, apontando problemas em instalações hidráulicas ou elétricas.

Cabe averiguar e é o que está fazendo o Conselho Nacional de Justiça e também o Supremo Tribunal Federal, ambos preocupados com o número excessivo de ações e não apenas na área habitacional. A redução desse tipo de litigância é preocupação do STF e envolve outras áreas como execuções fiscais e trabalhistas. Todo um esforço igualmente voltado para desobstrução dos gargalos que dificultam e retardam o trabalho do Poder Judiciário. Com relação à construção de habitações populares, substancial e meritoriamente incrementadas pelo programa Mina Casa, Minha Vida, caberia igual atenção com relação às demandas procedentes e, consequentemente, aos padrões construtivos observados e suas consequências.

Afinal, tão certa quanto a existência de desvios que são foco de atenção e caracterizam abusos, é a entrega de obras fora dos padrões e especificações contratados, com vícios que não são aceitáveis, inclusive no que toca à durabilidade dos imóveis ofertados. São falhas que não fazem justiça ao Minha Casa, Minha Vida, precisam ser percebidas e de pronto corrigidas. Para garantir que todo o esforço não se perca no detalhe ou ajude a alimentar abusos como os agora denunciados.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:

Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJORI

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

ECONOMIA

BR-381: aportes entre BH e Caeté serão de R$ 521,4 mi

RODOVIA Edital de licitação para obras já foi publicado no Diário Oficial da União; ao todo, intervenções vão contemplar cerca de 13,4 quilômetros

LEONARDO MORAIS

A BR-381 será restaurada e duplicada no trecho entre os municípios de Belo Horizonte e Caeté, na Região Metropolitana (RMBH), com investimento inicial de R$ 521,4 milhões. O edital de licitação foi publicado no Diário Oficial de sexta-feira (6) e viabilizará uma demanda histórica de quem trafega pelas estradas mineiras.

Conhecido pelos longos congestionamentos, o trecho é um dos principais entraves viários no Estado e chega a bloquear totalmente o trânsito por horas em ambos os sentidos. Ao todo, as obras contemplarão cerca de 13,4 quilômetros – indo do entroncamento com a MG-435 em Caeté até o quilômetro da MG-020, situado na avenida Cristiano Machado, em Belo Horizonte.

A ação faz parte de uma série de medidas de modernização da rodovia implementadas pelo Ministério dos Transportes. Os interessados em participar do processo licitatório devem encaminhar propostas para o site de compras do governo federal, que agendou para o dia 4 de dezembro a abertura dos envelopes.

Confirmada em agosto, concessão da BR-381 engloba cerca de 300 quilômetros FOTO: LUIZ SANTANA / ALMG

Investimento total - Confirmada em agosto, a concessão da BR-381 engloba aproximadamente 300 quilômetros da rodovia vai de Caeté até Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, passando por Belo Horizonte.

Para garantir o êxito do leilão, foram feitas adequações ao projeto, que teve como vencedor a 4UM Investimentos – responsável por administrar a estrada pelos próximos 30 anos com investimento que totaliza R$ 9,3 bilhões.

Entre a principal alteração no projeto está a transferência das obras da saída de Belo Horizonte para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A ação resultou na divisão da rodovia a partir dos seguintes lotes: 8A e 8B.

> **"Vencedor do leilão foi a 4UM Investimentos, que administrará a rodovia por 30 anos com investimento de R$ 9.3 bilhões"**

Durante o período, estão previstos investimentos em duplicação de obras remanescentes; duplicação de novos trechos; 83 quilômetros de faixas adicionais; 9,7 quilômetros de vias marginais e 20 passarelas. Também serão idealizados 166 pontos de ônibus, 15 passagens de fauna e uma rampa de escape.

SETOR ELÉTRICO

ONS aumenta estimativa para carga de energia em setembro no País

São Paulo - O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) elevou sua estimativa para a carga de energia no Brasil em setembro, esperando agora um crescimento de 1,5% na base anual, a 78.367 megawatts médios ante 0,3% previstos na semana anterior, segundo boletim divulgado na sexta-feira (6).

Para as chuvas que devem chegar às hidrelétricas neste mês, o órgão revisou para baixo sua projeção para as usinas da região Sul (36% da média histórica ante 42% estimados há uma semana), ao passo que elevou a expectativa para o Norte (49%, ante 47%) e fez ajustes menores para o Sudeste/Centro-Oeste (49%, ante 50%) e Nordeste (43%, ante 44%).

O ONS também estimou que o nível de reservatórios das hidrelétricas do Sudeste/Centro-Oeste, principal subsistema para armazenamento de energia, alcançará 47,4% ao final de setembro, um pouco abaixo dos 48% previstos há uma semana.

A capacidade dos reservatórios da região deverá alcançar no período o menor patamar dos últimos três anos, mas ainda segue muito superior aos níveis criticamente baixos atingidos na mesma época de 2021, de cerca de 16%, em meio a uma crise hídrica que levou o país a se mobilizar para evitar apagões.

Mesmo assim, a escassez de chuvas neste ano preocupa o governo brasileiro, que vem tomando uma série de medidas para preservar o armazenamento das hidrelétricas até o fim do ano, quando se espera a chegada no próximo período úmido. Nesta semana, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) aprovou novas medidas preventivas para fazer frente à seca, como o acionamento de mais termelétricas a gás natural liquefeito (GNL) e a entrada de novas linhas de transmissão, para reforçar o escoamento de energia.

O ONS estimou para a próxima semana que o Custo Marginal de Operação (CMO) - que equivale ao custo do megawatt-hora (MWh) para atender a um acréscimo de carga no sistema elétrico - atingirá o valor mais alto desde outubro de 2021, a uma média de R$ 346,13/MWh ante R$ 277,76/MWh calculados para a semana anterior.

O CMO se manteve praticamente zerado entre o final de 2022 e o início deste ano, depois que chuvas favoráveis ajudaram a recuperar os reservatórios das hidrelétricas após a escassez hídrica do ano anterior.

O CMO passou a subir em junho deste ano, com a operação do sistema elétrico brasileiro refletindo a perspectiva de hidrologia desfavorável até o fim do período seco.

O nível do custo marginal de operação, porém, permanece muito abaixo dos picos verificados em meados de 2021, quando chegou a atingir R$ 3 mil/MWh, e em setembro daquele ano, quando ainda superava os R$ 500/MWh. **(Reuters)**

Operador Nacional do Sistema (ONS) estima alta de 1,5% na base anual FOTO: CESAR OLMEDO / REUTERS

CAMINHOS SUSTENTÁVEIS

PAULO GUERRA

Diretor de Programas FDC Gestão Pública

Asfixiados pelo fogo

Várias cidades brasileiras acordaram nas últimas semanas cobertas por fumaça. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que registra dados de queimadas identificadas por satélite desde 1998, agosto de 2024 registrou 57.528 focos de incêndio, o valor é o maior para o mês desde 2010, e é 23,6% maior do que a média histórica do período.

A consequência mais imediata das queimadas é a drástica piora da qualidade do ar. A fumaça liberada pelos incêndios contém uma série de poluentes, como partículas finas (PM2,5), monóxido de carbono e óxidos de nitrogênio.

Temos um país em que 89% da energia é gerada de fonte renovável, mas que ainda permite que 49% das suas emissões venham da mudança de uso da terra e florestas, segundo dados do Sistema de Estimativa de Emissão de Gases (SEEG). Do ponto de vista climático, este pode ser o grande vilão da sustentabilidade no Brasil.

Queimamos muito, pioramos a qualidade do ar, continuamos desmatando e geramos muita emissão de gás de efeito estufa por meio dessas atividades. Esses são componentes de uma crise que impacta não apenas o meio ambiente, mas também a saúde da população e a economia do país.

Do ponto de vista social, os impactos podem ser sentidos pelo aumento de hospitalizações, pela redução da expectativa de vida, pelo agravamento de doenças preexistentes, pelo surgimento de novos problemas de saúde, sobrecarregando o sistema de saúde.

Do ponto de vista econômico, os impactos também são significativos e afetam diversos setores. Na agricultura e pecuária, é comum a destruição de plantações e pastagens pelo fogo descontrolado, pela seca ou pela inundação, ou pela imprevisibilidade do regime de chuvas. A morte das lavouras e dos rebanhos diminui a oferta de alimentos e eleva os preços que levam as populações mais vulneráveis a serem empurradas para a insegurança alimentar.

Na infraestrutura, enchentes fecham estradas, queimadas danificam pontes, placas, gerando custos elevados para a reconstrução. Além disso, a fumaça pode reduzir a visibilidade, causando acidentes e interrupções no transporte. No turismo, a degradação ambiental afugenta turistas e prejudica a imagem do País, diminui a receita dos setores de hospedagem, transporte e atrações turísticas.

Já passou da hora de as autoridades públicas levarem o assunto das queimadas e desmatamento mais a sério. A resposta precisa ser urgente e coordenada. É preciso investir em políticas públicas eficazes para combater o desmatamento, promover a agricultura sustentável, fortalecer a fiscalização ambiental e conscientizar a população sobre a importância da preservação do meio ambiente. A luta contra as queimadas e o desmatamento é uma luta por um futuro mais saudável, justo e rico para todos.

Balança comercial de Minas tem saldo positivo de US$ 17,2 bi

MERCADO EXTERNO Superávit registrado entre janeiro e agosto representa incremento de 6%, segundo dados do Mdic

MARCO AURÉLIO NEVES

No acumulado dos oito primeiros meses deste ano, o saldo da balança comercial de Minas Gerais chegou a US$ 17,2 bilhões, o que representa um crescimento de 6% em comparação ao mesmo intervalo do exercício passado. No período, as exportações somaram US$ 28 bilhões, com aumento de 5,2%, e as importações totalizaram US$ 10,8 bilhões, com elevação de 4,1%.

Os dados são da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/Mdic).

Economista do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Diana Chaib analisa como o cenário externo - em especial a China - pode influenciar a balança comercial mineira.

Entre janeiro e agosto, as exportações de minério de ferro subiram 11,5% e as de café, 32%, o que contribuiu para o resultado final dos embarques. Os dois produtos representaram 48% das exportações mineiras, que tiveram China e Estados Unidos como principais destinos.

Na outra ponta, a expressiva alta de 76,8% de medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários, foi a grande novidade que contribuiu para o avanço das importações, que tiveram novamente China e EUA como principais origens. Já as aquisições de adubos e fertilizantes e automóveis caíram 14,2% e 6,2%, respectivamente, e ajudaram a segurar o resultado.

Exportações mineiras movimentaram US$ 28 bilhões no acumulado dos primeiros oito meses deste ano FOTO: PAULO WHITAKER / REUTERS

> **"A China é o maior consumidor do minério e vem apresentando (...) uma série de indicadores relacionados ao mercado imobiliário do país que não são nada otimistas"**
> Diana Chaib

Produtos - Apenas em agosto, o saldo da balança comercial de Minas Gerais atingiu US$ 1,64 bilhão, uma queda de 22,1% em relação a agosto de 2023. Os dados também mostram que, no período, os embarques totalizaram US$ 3,3 bilhões, uma redução de 3,7% na comparação ano a ano, e as importações chegaram a US$ 1,69 bilhão, o que uma elevação de 25,1%.

Em agosto, as exportações de minério de ferro caíram 13,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior, enquanto as de café e carnes subiram, respectivamente, 16% e 62%.

O Estado foi o terceiro maior exportador do País, com participação de 11,5%. A exportação de carne no mês foi impulsionada sobretudo pela expressiva alta de 282% na venda de aves para o exterior.

Minério - Diana Chaib afirma que a alta na receita com a exportação do café decorre do aumento no seu preço no exterior devido a uma queda na produção. Por um lado, a demanda pelo produto aumentou. Por outro, a oferta diminuiu. "Problemas climáticos, que temos visto com cada vez mais frequência, afetam a oferta de café, faz tornar o produto mais escasso e favorece o preço dele no mercado internacional", conta.

Já o principal produto exportado por Minas Gerais – o minério de ferro – tem sofrido com as dificuldades da economia chinesa, aponta a economista da UFMG. "A China é o maior consumidor do minério e vem apresentando, nos últimos meses, uma série de indicadores relacionados ao mercado imobiliário do país que não são nada otimistas". disse.

Uma redução nas exportações do mineral já foi sentida em agosto, o que ajudou a puxar a balança comercial para baixo. Caso o cenário de queda do valor do mineral no mercado chinês não seja revertido nos próximos meses, o desempenho das exportações mineiras pode piorar.

"Com certeza isso pode puxar a balança comercial de Minas Gerais pra baixo, ou seja, fazer uma pressão negativa sobre o resultado comercial do Estado, porque o minério de ferro é um produto muito representativo da nossa pauta de exportações", finaliza Diana Chaib.

ÓLEO E GÁS

Petrobras divulga edital para afretamento de navios

Rio - A Petrobras lançou na sexta-feira (6) uma licitação para o afretamento de até dez navios de médio porte, tipo OSRV, que poderão somar contratos de até um US$ 1 bilhão, disseram três fontes com conhecimento do assunto à Reuters.

O aviso para o certame com o número e o tipo de navios foi publicado na sexta-feira, no Diário Oficial da União (DOU), sem informação sobre valores. A abertura das propostas está marcada para 27 de setembro.

Uma das novidades desse afretamento, segundo as fontes, é a exigência de um conteúdo local mínimo de 40%. Esse tipo de navio é usado, por exemplo, no combate a eventuais vazamentos de óleo em acidentes.

A nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, que completou 100 dias no cargo nesta semana, chegou à empresa com a missão de estimular a indústria naval brasileira, segmento de grande importância para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As fontes, que falaram na condição de anonimato, acreditam que empresas de afretamento que já atuam no País têm condições de atender e até superar o nível de conteúdo local previsto para esses contratos.

"Muitas dessas empresas que fazem esse tipo de afretamento têm estaleiro próprio. São capazes de atender com sobras esse conteúdo mínimo", afirmou uma das fontes, em sigilo.

"Aqui no Brasil dá para fazer o conteúdo com pé nas costas. Diria até uns 60%", adicionou uma segunda fonte.

Os contratos de afretamento serão de 12 anos, e as empresas poderão recorrer ao Fundo de Marinha Mercante (FMM), que oferece taxas mais acessíveis.

Uma das fontes afirmou que os contratos desse afretamento devem ser assinados em 2025, mas que dependendo da celeridade do processo isso poderia ser adiantado ainda para o fim deste ano.

Ainda neste mês, devem ser apresentadas propostas à Petrobras de um outro certame para a contratação de 12 PSVs (*supply vessels*) e a expectativa é que os contratos sejam assinados ainda neste ano, disseram as fontes.

A empresa também estuda lançar até o fim do ano uma outra licitação para cerca de 16 navios do tipo RSV. Segundo uma das fontes, a Petrobras "tem que renovar sua frota para também diminuir suas emissões. Esses navios emitem muito menos", completou. **(Reuters)**

Fontes ligadas ao assunto afirmam que contratos podem movimentar US$ 1 bilhão em 12 anos FOTO: SÉRGIO MORAES / REUTERS

IMPOSTO DE RENDA

Governo deve manter faixa de isenção

Brasília - O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, afirma à reportagem que o governo vai garantir em 2025 a correção da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) em dois salários mínimos.

"Corrigimos para dois salários mínimos, estamos mantendo e vamos manter isso", diz o secretário. Ele foi questionado pela reportagem sobre a decisão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de não contar na Proposta de Lei Orçamentária (Ploa)) de 2025, enviado na semana passada ao Congresso Nacional.

"Mas vai ter, fique tranquilo que, assim como não estava no anterior, a gente faz", diz. Segundo ele, haverá medidas de compensação da perda de arrecadação com a correção da tabela.

Como o Ploa aumenta o valor do salário mínimo em 2025 para R$ 1.509, se quiser manter a isenção para os trabalhadores com renda até dois salários mínimos, o governo terá que corrigir o limite para R$ 3.018.

Em 2024, o presidente Lula aumentou a faixa de isenção e, com isso, a pessoa física com remuneração mensal de até R$ 2.824 (dois salários mínimos) está isenta de pagar o imposto neste ano.

Em 2023, o governo promoveu a primeira elevação do limite de isenção, após oito anos de congelamento da tabela. O valor, no entanto, segue distante da promessa de campanha do presidente Lula de elevar a isenção para quem ganha até R$ 5.000.

A falta de atualização da tabela faz com que os brasileiros paguem cada vez mais Imposto de Renda, retirando dinheiro das famílias.

A equipe econômica quer tratar o tema da cobrança do IRPF na primeira etapa da reforma da renda, que deverá ser enviada ao Legislativo até o final do ano. A ideia é dar alívio tributário para a classe média.

"Não podemos esquecer que não vinha tendo correção na tabela há muitos anos", diz o auxiliar do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Na discussão da reforma da renda da pessoa física, Mello disse que o governo tenta atender a demanda do presidente Lula, que terá um impacto econômico positivo, porque aumenta a renda disponível da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, amplia a progressividade do sistema. Ou seja, fazer quem ganha mais pague proporcionalmente mais imposto do que os de renda menor. Hoje, o sistema é regressivo.

"Para garantir que ao longo da curva você tenha uma alíquota efetiva progressiva e não como é hoje. Tudo isso está sendo calculado", ressalta. **(Adriana Fernandes/ Folhapress)**

Desocupação diminui, mas não garante pleno emprego

TRABALHO Precarização e informalidade estão entre os fatores que impedem atingir esta classificação no Brasil, apontam especialistas

JULIANA GONTIJO

A taxa de desocupação no Brasil caiu para 6,8%, segundo dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi o menor índice para um trimestre encerrado em julho na série histórica, iniciada em 2012. O desempenho positivo do mercado de trabalho se tornou uma preocupação do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, que chegou a falar em sinalização de pleno emprego e seu impacto na inflação do País.

No entanto, segundo especialistas, não bastam números baixos de desemprego para chegar ao pleno emprego, já que o conceito é complexo. Além disso, a "informalização" e a precarização do mercado de trabalho dificultam a viabilização do pleno emprego no País. "A Organização Internacional do Trabalho, a OIT, na sua declaração de 1999, afirma que o pleno emprego é fundamental para a erradicação da pobreza e da fome", destaca a economista e professora de MBAs da Fundação Getulio Vargas (FGV), Carla Beni.

A presidente do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), Valquíria Aparecida Assis, diz que fatores estruturais e transformações recentes no mercado de trabalho impedem a condição de pleno emprego no Brasil, entre elas, os baixos salários oferecidos por alguns setores. "Isso desestimula os trabalhadores a aceitarem as vagas formais, contribuindo para o aumento do trabalho informal, como é o caso da 'uberização'", diz.

Ela também aponta que a falta de qualificação de muitos trabalhadores impede que eles ocupem postos, com destaque, para os mais especializados e com melhores salários.

Taxa de desocupação no Brasil atingiu 6,8%, o menor patamar da série histórica iniciada em 2012, de acordo com dados do IBGE FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

> **""Isso (precarização) desestimula os trabalhadores a aceitarem as vagas formais, contribuindo para o aumento do trabalho informal, como é o caso da 'uberização'"**
> Valquíria Assis

Conceito complexo - A professora da FGV explica que o conceito de pleno emprego na ciência econômica passa por escolas de pensamento e definições que são distintas. Ela acrescenta que a quantificação do pleno emprego também é muito complexa. Em países desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, em tese, taxas de 4% a 5% seriam classificadas como uma situação de pleno emprego. E em países em desenvolvimento, como o Brasil, entre 6% e 7%.

Ela diz que, de modo geral, o pleno emprego pode significar que num determinado momento a população economicamente ativa realiza a atividade máxima que ela é capaz de realizar, ou seja, a pessoa que procura um trabalho, encontra sem muita dificuldade e com um salário base da categoria. "Não é com qualquer salário. E esse conceito tem uma situação onde não existe nenhuma forma de desperdício, nem de capital, nem de trabalho", diz.

"É importante observar que não existe desemprego zero em nenhuma situação, em país nenhum e nem nos modelos teóricos. Afinal, sempre tem parte da população em transição de trabalho ou que simplesmente resolveu não trabalhar por algum período", ressalta.

A professora da FGV, Carla Beni, lembra que o pleno emprego é fundamental para a erradicação da pobreza FOTO: JEAN MENEZES DE AGUIAR / FGV

Mercado brasileiro é heterogêneo

A pesquisadora da Fundação João Pinheiro (FJP) Nícia Raes destaca que as taxas de desemprego de 6,9% no Brasil e de 5,3% em Minas Gerais no segundo trimestre deste ano são baixas, no entanto, não asseguram a classificação de pleno emprego. "Embora uma taxa de 6,9% seja relativamente baixa comparada com níveis históricos e outras economias, o conceito de pleno emprego foi criado pensando em uma economia mais homogênea do que a brasileira, outro contexto de inserção no mercado de trabalho e de Sistema Público de Emprego", observa.

Ela explica que em mercados de trabalho complexos e heterogêneos como o brasileiro, fatores como a informalidade, desigualdades regionais e o subemprego podem influenciar a interpretação do pleno emprego. "Em 2008-2009, assim como no momento atual, tivemos um período de taxas de desocupação mais baixas, mesmo assim, não é possível dizer que alcançamos o pleno emprego", diz.

A pesquisadora da FJP observa que a taxa de informalidade no Brasil atingiu 38,6% da população ocupada no segundo trimestre de 2024 e 36,6% em Minas Gerais. "Isso significa que parte expressiva de nossos postos de trabalho não oferecem direitos ou apoio, benefício ou suporte social em momentos de necessidade, como a perda de emprego, acidente de trabalho, dentre outros", frisa.

"O trabalho informal, o subemprego, taxas de subutilização de força de trabalho, déficit de trabalho decente são dimensões fundamentais para se pensar a questão do pleno emprego", diz. **(JG)**

Indicadores voltaram aos níveis de 2014

A economista e técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em Minas Gerais, Fátima Guerra, ressalta o bom momento do emprego no País. "O Brasil já retomou a situação que tinha antes da crise de 2014, voltou aos níveis de desemprego existente lá naquela época. É um sinal muito positivo da economia e que a gente tem que celebrar", diz.

A última pesquisa do IBGE mostra que a taxa de desocupação no País recuou 0,7 ponto percentual (p.p.) em relação ao trimestre de fevereiro a abril de 2024 (7,5%) e caiu 1,1 p.p. frente ao mesmo trimestre móvel de 2023 (7,9%).

Apesar dos resultados positivos, ela ressalta que pleno emprego, que não é o caso do Brasil, não envolve apenas o aspecto quantitativo. "Não é só o valor da taxa. Pleno emprego em economia é o pleno aproveitamento dos recursos disponíveis, seja em termos de trabalho, em termos de capital, é o pleno aproveitamento dos fatores de produção", observa.

Fátima Guerra ressalta que o mercado de trabalho brasileiro é estruturalmente heterogêneo, desigual e com várias diferenças regionais, entre sexos, entre raças, além da informalidade elevada. Ela explica que há também situações que ocultam o trabalho precário, como o empreendedorismo por necessidade, por falta de opção, além da subocupação.

"Pleno emprego, na minha concepção, não cabe num cenário como esse. Infelizmente, porque o pleno emprego é uma coisa boa e que deve ser perseguida na economia. E hoje em dia, ela está sendo usada como um fantasma, porque o mercado usa o discurso do pleno emprego para assustar, dizendo que está faltando mão de obra, que os salários vão aumentar e que isso vai pressionar o custo das empresas, vai pressionar a inflação", analisa.

Ela destaca que o pleno emprego existe para criar a riqueza, combater as injustiças sociais e distribuir renda, contribuindo para o desenvolvimento do País. "Infelizmente não estamos em pleno emprego ainda porque as desigualdades que caracterizam o nosso mercado de trabalho são muito grandes", observa. **(JG)**

Renda média cresce 5,8%, aponta o Ipea

Rio - O crescimento interanual da renda habitual média dos trabalhadores brasileiros foi de 5,8%. É o que mostra estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) na sexta-feira (6), que apontou que os rendimentos do trabalho no segundo trimestre apresentaram uma nova elevação em relação ao trimestre anterior. No entanto, estimativas mensais indicam que o rendimento habitual médio real alcançou o pico de R$ 3.255 em abril deste ano, recuando para R$ 3.187 em julho de 2024, uma redução de 2,1%.

A nota Retrato dos Rendimentos do Trabalho – Resultados da Pnad Contínua do Segundo Trimestre de 2024, que teve como base os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que os trabalhadores por conta própria, empregados sem carteira e do setor público apresentaram um crescimento interanual da renda acima de 7% no segundo trimestre deste ano (7%, 7,9% e 7,4% respectivamente). Por sua vez, os trabalhadores privados com carteira registraram um crescimento de 4,4%, mantendo taxas de crescimento mais lento que as demais categorias desde o início de 2023.

Os maiores aumentos na renda, em comparação ao quarto trimestre de 2022, foram observados na região Nordeste (8,5%), entre os trabalhadores acima de 60 anos de idade (8,8%), e com ensino superior (5,7%). Apenas trabalhadores com ensino fundamental incompleto ou com escolaridade inferior apresentaram um fraco aumento na renda (1,1%). O crescimento foi menor para os que habitam no Centro-Oeste (3,3%), entre os jovens de 14 a 24 anos (3,6%) e em regiões metropolitanas (4,4%).

Os rendimentos habituais recebidos pelas mulheres, que vinham mostrando desempenho inferior ao dos homens em anos anteriores, apresentaram ao longo de 2023 um crescimento interanual maior que o dos homens (no quarto trimestre, 4,2% contra 2,5% da renda habitual). No segundo trimestre deste ano, entretanto, o crescimento da renda foi novamente superior entre os homens (6,2% para homens e 5,2% para mulheres).

Em termos setoriais, os piores desempenhos da renda habitual ocorreram nos setores de construção, agricultura e serviços profissionais, com queda interanual de 1%, e aumentos de 0,5% e 2,1%, respectivamente. Já os trabalhadores da indústria e da administração pública apresentaram crescimento superior a 8%. **(ABr)**

Preços mantiveram-se estáveis em agosto; GNV foi exceção

COMBUSTÍVEIS **Desaceleração maior nos preços praticados na bomba deverá ser observada em setembro, devido à cotação do barril de petróleo, que diminuiu de cerca de US$ 81 para US$ 72**

JULIANA SODRÉ

Os preços dos combustíveis mantiveram-se estáveis em Minas Gerais, com pequenas altas em agosto na comparação com julho. A exceção foi o preço do gás natural veicular (GNV), que aumentou 6,4%, passando a ser comercializado por R$ 5,15 o metro cúbico (m^3) ante R$ 4,84 do mês anterior, reflexo do reajuste tarifário praticado pela Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig) no mês de agosto.

Os dados são da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), e mostram ainda que a segunda maior alta registrada no oitavo mês do ano foi do gás liquefeito de petróleo (GLP), que teve acréscimo de 0,49%, passando de R$ 102 para R$ 102,50 a média do preço negociado pelo botijão de 13 kg.

O etanol hidratado registrou alta de 0,47%, chegando ao preço médio de revenda de R$ 4,27 no Estado e a gasolina comum aumentou 0,16%, alcançando a média de R$ 6,17 o litro. Já o óleo diesel S10 manteve o preço de R$ 5,89 por litro no Estado.

A pequena alta no preço dos combustíveis pode parecer irrelevante, mas, na análise do economista da Suno, Guilherme Almeida, trata-se de uma desaceleração dos preços destes produtos. "A leitura que eu faço desse cenário é que há um questionamento, até mesmo junto à Petrobras, sobre o porquê que esses preços ainda não recuaram na comparação mensal em períodos mais recentes".

Almeida lembra que o barril de petróleo caiu de cerca de US$ 81 para US$ 72, o que dá espaço para uma queda nos preços, que na visão dele deverá ser percebida no mês de setembro.

Entretanto, na última quarta-feira (4), a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou que não há, no momento, perspectiva de redução do preço da gasolina e do diesel em razão da queda do petróleo no mercado internacional. "Não vamos fazer nada com isso. Estamos confortáveis com o nível dos preços", disse ela a jornalistas em um evento em Brasília.

Em Belo Horizonte, o cenário dos preços se repetiu. O GNV foi o combustível que registrou a maior alta em agosto, com aumento de 6,98% em relação ao mês anterior, no entanto, registrando um preço médio abaixo do praticado no Estado. Na capital mineira, o preço médio do metro cúbico de GNV foi negociado a R$ 4,87.

Quando comparados os preços de agosto com os praticados na primeira semana do ano, a alta é percebida em todos os combustíveis em Minas Gerais FOTO: MARCELLO CASAL JR / AGENCIA BRASIL

Etanol acumula alta - Quando comparados os preços de agosto com os praticados na primeira semana do ano, a alta é percebida em todos os combustíveis em Minas Gerais. Destaque para o etanol, que variou positivamente em 25,9%, passando de R$ 3,39 em janeiro, para uma média de R$ 4,27 em agosto.

Em Belo Horizonte, a variação é ainda maior. O litro do etanol que era comercializado em janeiro a R$ 3,36, passou a ser negociado pelo preço médio de R$ 4,52, alta de 34,5%.

Na avaliação da economista da Valor Investimentos, Paloma Lopes, a variação do etanol deve-se a uma questão interna. "O Brasil trabalha com a produção de diversas *commodities*, assim, para o produtor de cana-de-açúcar ficou mais interessante produzir açúcar. Quando o açúcar fica mais interessante, se deixa de produzir etanol e o preço sobe", analisa.

Já o economista Guilherme Almeida comenta que não só o etanol, mas todos os combustíveis estão inseridos na cadeia produtiva do Estado, viabilizando o escoamento da produção. Com um cenário econômico forte em Minas Gerais, o combustível acaba tornando-se um dos propulsores dos impactos inflacionários. "Os combustíveis também são um componente muito importante no orçamento familiar", afirma.

De fato, analisando os preços praticados no Estado, a gasolina comum foi a segunda que mais oscilou positivamente, aumentando de janeiro a agosto 13,6% e passando a ser negociado ao preço médio de R$ 6,18 o litro, ante aos R$ 5,44 praticado em janeiro. Em Belo Horizonte, a variação do principal concorrente do etanol foi de 18,8%, passando de R$ 5,35 em janeiro para R$ 6,36 o preço médio do litro em agosto.

O professor do Ibmec Rio Gilberto Braga, em entrevista ao Diário do Comércio, já havia atribuído a preferência do etanol à reoneração tributária da gasolina, ocorrida em julho, o que fez o etanol se tornar um combustível mais atraente. Ele se refere ao reajuste de 7,12% concedido pela Petrobras, em 8 de julho, no valor da gasolina vendida às distribuidoras, o que elevou os preços finais.

O GNV registrou alta de 4,25% de janeiro a agosto no Estado e o GLP, alta de 2,36% no preço médio do botijão de 13 kg. Já o diesel S10, teve a menor variação, 0,17%, mantendo estável o preço do litro.

O óleo diesel, principal combustível do transporte rodoviário de cargas, também contribui com essas oscilações, na visão do economista Guilherme Almeida. Então, a expectativa é de uma depreciação dos preços. "O mercado espera está depreciação nos combustíveis oriundos do petróleo. Porém, é preciso esperar os movimentos da Petrobras, que está sob o comando da nova presidente", finaliza Almeida. %

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal

Acesse também através do QR CODE ao lado.

CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ/MF 17.161.464/0001-82 - NIRE 3130004265-1

Ata da 447ª Reunião do Conselho de Administração, em 05/08/2024

DATA: 05 de agosto de 2024, às 09h00min. (nove horas). LOCAL: Sede da sociedade à Rua Walfrido Mendes, nº 400, Bairro Califórnia, com votação na forma prevista pela § 2º do art. 121 da lei 6.404/76 (nova redação dada pela Lei 14030 de 28/07/2020), nesta Capital. PRESENÇAS: Todos os membros do Conselho, MESA: Presidente – Sra. ROBERTA MIRAGLIA DE SOUZA MARTINS, Secretário – Sr. MARCELO FARIA GONTIJO ASSUNÇÃO. CONVOCAÇÃO: Efetuada pela Presidente do Conselho de Administração, verbalmente. PAUTA: a) eleição de Diretores. DELIBERAÇÕES: I) Eleitos para um um mandato até a próxima eleição de diretoria, a encerrar-se na data de realização da Assembleia Geral Ordinária de 2025, os seguintes: DIRETOR COMERCIAL – ROGÉRIO DE OLIVEIRA VENÂNCIO – brasileiro, casado, engenheiro, carteira de identidade nº MG-*.678.966, expedida pela SSP-MG, CPF nº *.372.056-**, residente e domiciliado à Rua Professor José Renault nº 570, bairro São Bento – Belo Horizonte/MG, CEP 30.350-342, em substituição a RONALDO JOSÉ DA COSTA LANNA, CPF nº *.569.366-** ; DIRETOR OPERACIONAL - VAGNER FERREIRA ARÊAS - brasileiro, casado, engenheiro, carteira de identidade nº **.506.224, expedida pelo IFP-RJ, CPF nº *.098.797-**, residente e domiciliado à Rua Mato Grosso nº 1091 apto nº602, bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG, CEP 30.190-088, em substituição a RONALDO JOSÉ DA COSTA LANNA, CPF nº *.569.366-**, IV) Os Diretores eleitos, presentes à reunião, foram empossados imediatamente, valendo as suas assinaturas nesta ata como "Termo de Posse", e suas respectivas gestões se estenderão, para todos os efeitos, até o efetivo registro na JUCEMG da ata que eleger seus substitutos. Concluídas as deliberações, a Presidente determinou a lavratura desta ata que será registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e posteriormente publicada para que se produzam os efeitos legais. Belo Horizonte, 05 de agosto de 2024. Assinaturas: Roberta Miraglia de Souza Martins - Presidente do Conselho de Administração; Marcelo Faria Gontijo Assunção - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Ronaldo José da Costa Lanna - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Rogério de Oliveira Venâncio - Diretor Comercial Eleito; Vagner Ferreira Arêas - Diretor Operacional Eleito. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Certifico o registro sob o nº 11940978 em 29/08/2024. Protocolo 245182969 – 26/08/2024. Efeitos do registro: 05/08/2024. a) Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ/MF 17.161.464/0001-82 - NIRE 3130004265-1

Ata da 448ª Reunião do Conselho de Administração, em 13/08/2024

DATA: 13 de agosto de 2024, às 14h00min. (quatorze horas). LOCAL: Sede da sociedade à Rua Walfrido Mendes, nº 400, Bairro Califórnia, com votação na forma prevista pela § 2º do art. 121 da lei 6.404/76 (nova redação dada pela Lei 14030 de 28/07/2020), nesta Capital. PRESENÇAS: Todos os membros do Conselho, MESA: Presidente – Sra. ROBERTA MIRAGLIA DE SOUZA MARTINS, Secretário – Sr. MARCELO FARIA GONTIJO ASSUNÇÃO. CONVOCAÇÃO: Efetuada pela Presidente do Conselho de Administração, verbalmente. PAUTA: a) eleição de Diretoria. DELIBERAÇÕES: I) Eleito para um mandato a encerrar-se na data de realização da Assembleia Geral Ordinária de 2025, os seguintes: DIRETOR RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – RONALDO JOSÉ DA COSTA LANNA – brasileiro, casado, engenheiro civil. portador da carteira de identidade expedida pelo CREA/MG nº *.140/D, CPF nº *.569.366-**, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Guaratinga nº 180 apto 301, Bairro Sion, CEP 30.315-430. II) fixada em R$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais) mensais a remuneração do colegiado da Diretoria, conforme estabelecido por AGE desta mesma data; III) O Diretor eleito, presente à reunião, foi empossado imediatamente, valendo a sua assinatura nesta ata como "Termo de Posse", e sua respectiva gestão se estenderá, para todos os efeitos, até o efetivo registro na JUCEMG da ata que eleger seu substituto. Concluídas as deliberações, a Presidente determinou a lavratura desta ata que será registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e posteriormente publicada para que se produzam os efeitos legais. Belo Horizonte, 13 de agosto de 2024. Esta ata confere com a original assinada por Roberta Miraglia de Souza Martins - Presidente do Conselho de Administração; Marcelo Faria Gontijo Assunção - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Ronaldo José da Costa Lanna - Vice-Presidente do Conselho de Administração; - Ronaldo José da Costa Lanna - Diretor de Relações Institucionais Eleito. Assina digitalmente o documento o Sr. Edmundo Mariano da Costa Lanna. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Certifico o registro sob o nº 11954892 em 05/09/2024. Protocolo 245398082 – 03/09/2024. Efeitos do registro: 13/08/2024. a) Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 17.197.385/0001-21 – NIRE 31.300.038.688

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Hora e Local: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 15 horas, na sede social da Companhia, localizada na Av. Getúlio Vargas, 1.420, 5º e 6º andares, salas 501 a 521 e 601 a 621, Bairro Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP 30112-021. **Quorum:** Presentes os acionistas, representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia, os membros da Administração, os representantes dos Auditores Independentes da Companhia e o Atuário. **Convocação:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, o que foi constatado pelas assinaturas no livro de "Presença de Acionistas", tornando-se dispensável a convocação de editais conforme, autoriza o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **Publicações Legais:** Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicadas no jornal Diário do Comércio em 28 de fevereiro de 2024, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações. **Mesa:** Presidente: Edson Luis Franco; e Secretário: Felipe Name Francisco. **Ordem do Dia: (I)** Apreciar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer Atuarial da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(II)** Deliberar sobre a aprovação da proposta de destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(III)** Fixar o limite anual da remuneração global dos administradores da Companhia, compreendendo também os membros do Comitê Integrado de Auditoria e Riscos, até a próxima Assembleia Geral Ordinária ("AGO"); **(IV)** Reeleger os membros do Conselho de Administração; **(V)** Ratificar a composição dos membros do Conselho de Administração; **(VI)** Reeleger os membros da Diretoria; e **(VII)** Ratificar a composição da Diretoria e as funções dos Diretores responsáveis por área perante a SUSEP. **Deliberações:** Por unanimidade dos acionistas presentes e com abstenção dos impedidos legalmente, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram: **(I)** Aprovar, sem ressalvas, as contas dos administradores, o Relatório Anual da Diretoria, o Balanço Patrimonial, o Parecer do Auditor Independente e o Atuarial e as demais Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, que foram publicados no jornal Diário do Comércio em 28 de fevereiro de 2024. **(II)** Aprovar a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 312.195.216,74 (trezentos e doze milhões, cento e noventa e cinco mil, duzentos e dezesseis reais e setenta e quatro centavos), na forma que se segue, conforme proposta da administração constante nas Demonstrações Financeiras da Companhia: (i) Destinados para a Reserva Legal, o montante de R$ 2.170.916,15 (dois milhões, cento e setenta mil, novecentos e dezesseis reais e quinze centavos). (ii) Distribuição de dividendos, relativos ao resultado do exercício de 2023, no valor de R$ 41.247.406,79 (quarenta e um milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e seis reais e setenta e nove centavos), a serem pagos aos acionistas até 31/12/2024. (iii) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, relativo ao resultado do exercício de 2022, no valor bruto de R$ 143.906.393,80 (cento e quarenta e três milhões, novecentos e seis mil, trezentos e noventa e três reais e oitenta centavos) e no valor líquido de R$ 122.320.434,73 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e setenta e três centavos), a serem pagos aos acionistas até 31/12/2024, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 29.12.2023. (iv) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, relativo ao resultado do exercício de 2023, no valor bruto de R$ 124.870.500,00 (cento e vinte e quatro milhões, oitocentos e setenta mil, quinhentos reais) e no valor líquido de R$ 106.139.925,00 (cento e seis milhões, cento e trinta e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais), a serem pagos aos acionistas até 31/12/2024, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 29.12.2023. **(III)** Fixar a remuneração global e anual dos Administradores e dos membros do Comitê Integrado de Auditoria e Riscos, no valor de até R$ 35.317.645,94 (trinta e cinco milhões, trezentos e dezessete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), até a próxima AGO da Companhia a ser realizada em 2025. **(IV)** Reeleger os atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, para um mandato que se estenderá até a AGO da Companhia a ser realizada em 2027: a) **Carlos Roberto Toledo**, brasileiro, casado, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 13.830.505-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 054.381.118-20, com endereço profissional na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 21º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010; b) **Gustavo Bortolotto**, argentino, solteiro, contador, portador do passaporte nº AAD331738, inscrito no CPF sob o nº 717.784.821-55, com endereço profissional na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 21º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010; c) **Helio Flagon Flausino Gonçalves**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 21.922.968 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 118.201.258-23, com endereço profissional na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 21º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010, como Presidente; d) **Julio de Albuquerque Bierrenbach**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 2243274 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 094.031.327-87, com endereço profissional na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 21º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010, como membro independente; e e) **Valeria Camacho Martins Schmitke**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 18.466.139 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 080.037.898-93, com endereço profissional na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 21º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010. Os membros do Conselho de Administração reeleitos neste ato, não estão incursos em nenhum crime previsto em lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis, em especial aqueles mencionados no art. 147 da Lei de Sociedades por Ações, bem como atendem as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/21. Os membros do Conselho de Administração ora reeleitos, tomam posse nesta data, 28.03.2024, conforme termos de posse que ficam arquivados na sede da Companhia. **V)** Ratificar a composição dos membros do Conselho de Administração:

Nome	Início do mandato	Fim do mandato
Carlos Roberto Toledo	28.03.2024	31.03.2027
Gustavo Bortolotto	28.03.2024	31.03.2027
Helio Flagon Flausino Gonçalves – Presidente	28.03.2024	31.03.2027
Julio de Albuquerque Bierrenbach – Independente	28.03.2024	31.03.2027
Valeria Camacho Martins Schmitke	28.03.2024	31.03.2027

VI) Reeleger os atuais membros da Diretoria para um mandato que se estenderá até a AGO da Companhia a ser realizada em 2027: a) **Adriana Heideker**, brasileira, divorciada, securitária, portadora da cédula de identidade RG nº 19.505.126-9 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 179.410.418-63, com endereço profissional na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 21º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010; b) **Edson Luis Franco**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 14.610.075 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 093.185.498-90, com endereço profissional na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 21º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010, como Diretor Presidente; c) **Fábio José Pereira Leme**, brasileiro, casado, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 18.551.395 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 153.825.058-61, com endereço profissional na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 21º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010; d) **Luis Henrique Meirelles Reis**, brasileiro, casado, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 44.455.533 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 750.671.537-68, com endereço profissional na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 21º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010; e) **Marcelo Carlos Alvalá**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 8190010 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 065.597.378-88, com endereço profissional na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 21º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010; f) **Marcio Benevides Xavier**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 67966531 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 777.945.247-68, com endereço profissional na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 21º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010; g) **Mariane Bottaro Berselli Marinho**, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 26.209.849-0 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 265.449.878-67, com endereço profissional na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 21º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010, como Diretora de Controles Internos; h) **Rodrigo Monteiro de Barros**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 18.497.644 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 178.265.238-85, com endereço profissional na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 21º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010; e i) **Sven Feistel,** alemão, casado, administrador, portador do RNE nº V700597-C – CGPI/DIREX/PF, inscrito no CPF sob o nº 234.219.298-31, com endereço profissional na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 21º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010. Os membros da Diretoria reeleitos neste ato, não estão incursos em nenhum crime previsto em lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis, em especial aqueles mencionados no art. 147 da Lei de Sociedades por Ações, bem como atendem as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/21. Os membros da Diretoria ora reeleitos, tomam posse nesta data, 28.03.2024, conforme termos de posse que ficam arquivados na sede da Companhia. **VII)** Ratificar a composição dos membros da Diretoria e as funções dos Diretores responsáveis por área perante a SUSEP:

Nome	Início do mandato	Fim do mandato
Adriana Heideker	28.03.2024	31.03.2027
Edson Luis Franco – Presidente	28.03.2024	31.03.2027
Fábio José Pereira Leme	28.03.2024	31.03.2027
Luis Henrique Meirelles Reis	28.03.2024	31.03.2027
Marcelo Carlos Alvalá	28.03.2024	31.03.2027
Marcio Benevides Xavier	28.03.2024	31.03.2027
Mariane Bottaro Berselli Marinho	28.03.2024	31.03.2027
Rodrigo Monteiro de Barros	28.03.2024	31.03.2027
Sven Feistel	28.03.2024	31.03.2027

1. Funções de caráter executivo ou operacional: 1.1. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (Art. 1º, I da Circular nº 234/2003) – **Fabio José Pereira Leme**; 1.2. Diretor responsável técnico (Art. 1º, II da Circular nº 234/2003 e Art. 3º, II da Resolução nº 432/2021) – **Fabio José Pereira Leme**; 1.3. Diretor responsável administrativo-financeiro (Art. 1º, III da Circular nº 234/2003) – **Sven Feistel**; 1.4. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (Art. 3º, III da Resolução nº 432/2021) – **Sven Feistel**; 1.5. Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações de registro das apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos pelas sociedades seguradoras em contas específicas e exclusivas (Art. 2º da Resolução nº 143/2005) – **Fabio José Pereira Leme**; 1.6. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados (Art. 22 da Resolução nº 431/2021) – **Luis Henrique Meirelles Reis**; 1.7. Diretor responsável pelo cumprimento do registro eletrônico de operações (Art. 13 da Resolução nº 383 de 20/03/2020) – **Fabio José Pereira Leme**; 1.8. Diretor responsável pela política institucional de conduta (Art. 12 da Resolução nº 382/2020) – **Luis Henrique Meirelles Reis**; e 1.9. Diretor responsável pelo Open Insurance (Art. 31 da Resolução nº 415/2021) – **Sven Feistel**. **2. Funções de caráter de fiscalização ou controle:** 2.1. Diretora responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/98, referente a crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro (Art. 1º, IV da Circular nº 234/2003 e Art. 12 da Circular nº 612/2020) – **Mariane Bottaro Berselli Marinho**; e 2.2. Diretora responsável pelos Controles Internos e gestora diretamente responsável pela Unidade de Gestão de Riscos (Art. 9º e Art. 20 da Resolução CNSP nº 416/2021) – **Mariane Bottaro Berselli Marinho**. **Administradores:** Presentes os administradores da Companhia, consoante o disposto no art. 134, § 1º, da Lei 6.404/76. **Auditor Independente e Atuário:** Foi dispensada a presença dos Auditores Independentes e do Atuário. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral, lavrando-se no livro próprio, a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Edson Luis Franco; Secretário da Mesa: Felipe Name Francisco; Acionistas: Zurich Insurance Company LTD. e Zurich Life Insurance Company LTD., ambas representadas por seus procuradores, Edson Luis Franco e Washington Luis Bezerra da Silva. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Belo Horizonte, 28 de março de 2024. **Felipe Name Francisco** – Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o nº 11942762 em 30/08/2024. Protocolo 245282530 de 28/08/2024. Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

FRIGOBET FRIGORÍFICO INDUSTRIAL BETIM LTDA

CNPJ 19.397.579/0001-04

Pela presente publicação e nos termos do artigo 1.152, § 3º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, FRIGOBET FRIGORIFICO INDUSTRIAL BETIM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.397.579/0001-04 e NIRE JUCEMG nº 31201554751 de 06/01/1984, com sede na Rua Antônio José Diniz, nº 184, bairro Imbiruçu, Betim/MG, CEP: 32.667-210, através de seu administrador SILVIO DA SILVEIRA, convoca todos os sócios para participar da Assembleia Geral da referida Sociedade, a realizar na sede social, localizada à Rua Antônio José Diniz, nº 184, bairro Imbiruçu, Betim/MG, CEP: 32.667-210, no dia 13 de setembro de 2024, às 09h00, com a seguinte ordem do dia:
1 – Apresentação do Balanço Patrimonial e deliberação sobre a forma de amortização do prejuízo apurado.
2 – Deliberar sobre a 22ª Alteração Contratual da Sociedade, para inclusão de "Cláusula de Exclusão de Sócio". Caso no horário indicado não tenham comparecido o número legal de associados, a Assembleia ocorrerá às 09h30min, em segunda chamada, com o número de presentes.

Silvio da Silveira – Administrador.

BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ 00.795.423/0001-45 - NIRE 31.3.0001122-4

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas do Banco Semear S.A. para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 18 (dezoito) de setembro de 2.024 (dois mil e vinte e quatro), às 10:00 (dez) horas, na sede social, na Av. Afonso Pena, 3.577 – 2º. e 3º. andares, bairro Serra, CEP 30.130-008, em Belo Horizonte/MG, a fim de discutir e deliberar sobre os seguintes assuntos: I) – alteração nas regras para subscrição e alienação de ações; e II) – consequente alteração do Estatuto Social, mais especificamente dos artigos 8º, 9º, 10 e 11. Deverão os acionistas, para participar da Assembleia, exibirem documentos de identificação pessoal e para os que se fizerem representar por procuradores, o(s) mandatário(s) deverá(ão) depositar o(s) respectivo(s) Instrumento(s) de Procuração(ões), contra Recibo, na sede da Instituição, até 05 (cinco) dias antes da data da Assembleia. Belo Horizonte/MG, 05 de setembro de 2.024. **BANCO SEMEAR S.A. - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO –** ***Roberto Willians Silva Azevedo – Presidente*** e ***Márcio José Siqueira de Azevedo – Vice-Presidente***.

ENMOL PARTICIPAÇÕES LTDA. CNPJ Nº 26.847.044/0001-45, registrada na JUCEMG sob o **NIRE 3121078056-3** em 11/01/2017**. REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL – EXTRATO DA 5º ALTERAÇÃO CONTRATUAL.** Data e local: 04 de dezembro de 2023, em sua sede na Rua dos Carijós 244, sala 1.601, 16º andar, Bairro Centro - BH/MG, CEP 30.120-900. Presença; Totalidade dos sócios. Deliberação: Tendo em vista o excesso de capital social em relação ao objeto e as operações atualmente cursadas pela sociedade, os sócios decidem, nos termos do artigo 1.082, inciso II, da lei nº 10.406/02, reduzir o capital social, inteiramente integralizado em moeda corrente do País que passará de R$ 14.450.000,00 (quatorze milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), para R$ 1.000,00 (hum mil reais) com cotas de R$ 1,00 cada, reduzindo-o, portanto em R$ 14.449.000,00 (quatorze milhões quatrocentos e quarenta e nove mil reais). Para os efeitos do § 1, do artigo 1.084 da lei nº 10.406/02, o arquivamento da Alteração Contratual resultante se dará no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação deste extrato. O montante da presente redução será devolvido a sócia **MONICA ABREU LOBATO** em moeda corrente nacional. Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2023.

CAPANEMA EDIFICAÇOES E LOCAÇÕES DE IMOVÉIS PROPRIOS S.A.

CNPJ/MF - 23.993.710/0001-65 / NIRE – 3130002455-5

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Maria José Capanema Álvares, diretora presidente da sociedade CAPANEMA EDIFICAÇÕES E LOCAÇÕES DE IMÓVEIS PRÓPRIOS S.A., convoca os acionistas da companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 16/09/2024, na sede da sociedade localizada na Rua Paraíba nº 1465, 12º andar, Bairro Funcionários, CEP- 30.130-148, em Belo Horizonte/MG, às 13:00 horas, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das ações com direito a voto e, às 13:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número, para deliberar sobre a seguinte pauta: (i) reforma do Estatuto Social da Companhia; e (ii) eleição de Diretores. Belo Horizonte, MG, 05 de setembro de 2024. Maria José Capanema Álvares

EDITAL DE CITAÇAO COM PRAZO DE VINTE DIAS. O Dr. Carlos José Cordeiro, Mm. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e respectiva Secretaria, processam-se os termos e atos da ação de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**, **AUTOS nº 5032229-50.2022.8.13.0702** (PJe), requerido por **BANCO TRIANGULO S/A – CNPJ : 17.351.180/0001-59** em face de **CENTRAL DA ECONOMIA SUPERMERCADOS EIRELI - CNPJ: 03.022.537/0001-40 e outros**. Os Executados assumiram com a exequente, uma dívida no valor de R$ 106.187,77 a qual seria adimplida em 24 parcelas de R $5.242,59, com o vencimento da primeira em 22/04/2021. Assumiram também, uma dívida no valor de R$ 104.601,25, a qual seria adimplida em 24 parcelas de R$5.294,67. Permanecendo inadimplentes com suas obrigações, até a presente data, tem-se que os débitos dos executados se encontram todos vencidos. O Banco exequente tentou de todas as formas receber amigavelmente seu crédito, porém, não obteve êxito. E como os Executados não foram encontrados para citação, é o presente Edital expedido com a finalidade de CITAR e chamar os Executados **CENTRAL DA ECONOMIA SUPERMERCADOS EIRELI - CNPJ: 03.022.537/0001-40**, **MARYANNE GOMES SOARES - CPF: 052.805.074-58, MIRIAM GOMES DA SILVA - CPF: 778.091.494-15 e TENDA SERVICOS LTDA - CNPJ: 33.931.636/0001-06** para os termos e atos da supracitada ação e para efetuar o pagamento da quantia de R$ 81.397,71 referente ao principal, acessórios e 10% sobre o valor da execução, no prazo de 03 (três) dias. Sabendo que no caso de integral pagamento, no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade. Poderá, ainda, caso queira, opor à execução por meio de Embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias. Faculto à parte ré optar em promover o depósito de 30% do valor atualizado do débito e parcelar o restante em até 06 (seis) vezes na forma (art. 916 do CPC). Assim, para conhecimento de todos, especialmente do (a/s) interessado (a/s), expediu-se o presente edital que será afixado no lugar público de costume e publicado uma vez no "Diário do Judiciário – Minas Gerais" e duas vezes no jornal local de grande circulação. **UBERLÂNDIA, 12 DE AGOSTO DE 2024.**

CONSÓRCIO PÚBLICO PARA DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2024

O CODAP - Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba, em cumprimento ao art. 86, da Lei Federal de nº 14.133/21 e Decreto Federal de nº 11.462, de 31 de março de 2023, torna público, e faz saber, que se encontra aberto à INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO DE NUMERO 021/2024, cujo objeto é a futura e eventual aquisição de infraestrutura tecnológica inteligente para a melhoria de serviços públicos municipais, com fornecimento de serviços de instalação e manutenção, para atender as necessidades do Codap e dos municípios consorciados ao Consórcio Público Para Desenvolvimento do Alto Paraopeba. A íntegra da IRP encontra-se disponível no site oficial do CODAP https://www.altoparaopeba.mg.gov.br/. O prazo para os órgãos interessados em participar e encaminhar sua manifestação de interesse informando a estimativa total de quantidades é de oito dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data desta divulgação. Conselheiro Lafaiete/MG, em 06 de setembro de 2024. Augusto Resende Paulo – Agente de Contratação.

Exportações de rochas ornamentais movimentaram US$ 720,8 milhões entre janeiro e julho, representando um incremento de 8,5% na comparação com o mesmo intervalo do ano passado FOTO: DIVULGAÇÃO / ABIROCHAS

Setor de rochas ornamentais estima crescer até 8%

INDÚSTRIA EXTRATIVA Apesar do cenário instável no mercado internacional, exportações continuam a crescer, aponta a Abirochas

JULIANA SODRÉ

Apesar das instabilidades econômicas que o mundo e o Brasil têm enfrentado, o setor de rochas ornamentais segue em crescimento em todo o País. Com as exportações em alta e a economia brasileira aquecida, a expectativa é que o setor feche 2024 com crescimento entre 6% a 8% em relação ao ano passado.

De acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (Abirochas), as exportações brasileiras de rochas ornamentais e de revestimento, efetuadas para 111 países, somaram US$ 720,8 milhões e 1,27 milhão de toneladas entre janeiro e julho deste ano.

Número que representa uma variação positiva de, respectivamente, 8,5% e 16,2% frente ao mesmo período de 2023. Os números do mês de julho (US$ 123,6 milhões e 258,1 mil toneladas) foram os mais elevados de 2024.

O desempenho faz das rochas ornamentais o quinto bem mineral mais exportado pelo Brasil em valor, segundo o presidente da Abirochas, Reinaldo Sampaio. "Os bens minerais mais exportados acima das rochas ornamentais são o minério de ferro, o ouro, o cobre e o nióbio, produtos de atividades minerárias conduzidas por empresas de grande porte, gigantes da mineração", diz.

Desafio - Os Estados Unidos (EUA) são o principal destino das exportações em faturamento, sendo responsável por quase 60% das negociações. Mercado considerado relevante pelo presidente da Abirochas por ser um produto beneficiado. "Não se exporta matéria-prima para os EUA, é um mercado extremamente relevante por conta da sua magnitude", comenta Sampaio.

Já a China é a que mais importa em termos de volume. O país asiático é responsável por 70% das rochas ornamentais exportadas pelo Brasil, como matéria-prima. O grau de importância das duas potências faz o futuro das exportações das rochas ornamentais incerto.

"Vamos depender muito do que acontecerá com a economia dos EUA. Há uma inquietação com relação ao desempenho da economia norte-americana. Espera-se uma mudança da taxa de juros, a inflação não cedeu tanto, o ambiente político também deve interferir nas decisões de investimentos e aumento das exportações".

Sobre a China, o presidente cita a retração econômica como um ponto de atenção. "O menor crescimento já está repercutindo nos minerais metálicos. Então, a China é também um desafio que temos pela frente", pontuou Sampaio.

> **"Não se exporta matéria-prima para os Estados Unidos, é um mercado extremamente relevante por conta da sua magnitude"**
> Reinaldo Sampaio

MG precisa investir em beneficiamento

O Espírito Santo segue como principal estado exportador do Brasil, responsável por mais de 80% das negociações para o mercado externo. Entretanto, a participação de Minas Gerais no setor é extremamente significativa na visão do presidente da Abirochas, Reinaldo Sampaio.

"Minas é o segundo maior produtor de rochas no ponto de vista da extração mineral, só perde para o Espírito Santo, onde a base industrial é consolidada. O estado mineiro juntamente com a Bahia, pela extensão territorial e pela diversidade geológica, tornaram-se os espaços de produção mais significativos das rochas exportáveis".

Entretanto, aponta um desafio para estes dois estados. "É preciso criar estratégias e políticas para construir nestes dois estados uma base industrial", defende. Na visão do presidente, o fomento às indústrias nestes estados ampliaria a capacidade de produção e de exportação nacional significativas.

Reinaldo Sampaio ressalta que só o avanço da exportação dos produtos beneficiados ou até para o produto final permitirá o setor crescer ainda mais, saindo da casa de US$ 1 bilhão a US$ 1,3 bilhão de faturamento anual. "Essas estratégias criariam um novo patamar de investimentos porque o beneficiamento é mais significativo do que a extração mineral, cria empregos mais qualificados e agrega valor ao produto", diz.

Construção - O setor de rochas ornamentais se configura fundamentalmente, conforme o presidente da Abirochas, como fornecedor do setor imobiliário e da arquitetura urbanística. Dessa forma, ele só apresenta bom desempenho no mercado interno, quando o setor da construção civil também desempenha positivamente.

Assim, o que o representante das indústrias das rochas ornamentais comenta é que com um ambiente "mais razoável de convivência política" e uma dinâmica econômica positiva e sustentável "está havendo mais demanda do mercado interno". **(JS)**

Vale e BHP devem fechar acordo de R$ 100 bilhões pela tragédia em Mariana

Rio - As mineradoras Vale e BHP, juntamente com sua *joint venture* Samarco, poderão fechar em breve um acordo com autoridades brasileiras para o pagamento de cerca de R$ 100 bilhões pelo rompimento de barragem em Mariana (na região Central do Estado), afirmaram quatro fontes a par das discussões.

A expectativa de três dessas fontes é que um acerto final poderá ser alcançado em outubro. O montante é superior aos R$ 82 bilhões de novos recursos a serem pagos para compensar o desastre, ofertados na última proposta feita pelas companhias, em junho.

Na véspera, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ter a expectativa de que o acordo seja fechado ainda no início de outubro.

"Está bem avançado. A expectativa do presidente Lula está compatível com a realidade. Está bem próximo", disse uma das fontes, pontuando que faltam apenas "poucos detalhes de texto e também detalhes financeiros".

"Todos os valores estão sendo discutidos e equilibrados. Atingidos, meio ambiente, saúde, saneamento, pescadores, agricultores e aí vai... é necessário ver o que será executado por cada ente da federação e pelas instituições. É uma conta gigante."

As negociações envolvem diversas instituições de Justiça, poder público, ministérios públicos federal e estaduais (MG e ES), bem como defensorias públicas da União, Minas Gerais e Espírito Santo, representando as comunidades atingidas.

Uma segunda fonte afirmou que os governos de Minas Gerais e Espírito Santo já estão em acordo pra fechar e que falta um aval da União.

Uma terceira fonte afirmou que a "corda" dos valores foi esticada "ao limite absoluto" e que, para fechar, será um acerto "com definitividade e quitação de modo a encerrar as pendências" judiciais.

Além do montante novo a pagar às autoridades, para que elas empenhem as ações necessárias para reparar e compensar o rompimento, as mineradoras terão ainda obrigações a fazer previstas no texto, que demandarão ainda investimentos próprios futuros.

As companhias apontam também ter investido um total de R$ 37 bilhões em reparação e compensação desde o rompimento.

Procuradas, Vale, BHP e Samarco reiteraram, em comunicados diferentes, estarem engajadas no processo para estabelecer um acordo que garanta a reparação justa e integral às pessoas atingidas e ao meio ambiente.

A BHP adicionou que "segue otimista que um acordo final poderá ser alcançado em breve".

O colapso da barragem de rejeitos de minério de ferro, que pertencia à Samarco, em novembro de 2015, deixou 19 mortos, centenas de desabrigados, além de atingir o rio Doce em toda a sua extensão, até o mar do Espírito Santo.

As mineradoras haviam fechado um acordo inicial sobre o desastre ainda em 2016, o que criou uma base para implementar reparações, mas que não contou com a assinatura dos Ministérios Públicos federal e estaduais, não fixou um volume de recursos global a ser empenhado e deixou para frente diversas etapas a serem cumpridas, sendo alvo de críticas por diversas partes. **(Reuters)**

AGRONEGÓCIO

Anuário Leite 2024: novidade em avaliação genômica multirracial

SETOR LÁCTEO Documento disponibilizado pela Embrapa Gado de Leite é importante ferramenta para mercado e pecuaristas de todo o País

MICHELLE VALVERDE

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - unidade Gado de Leite (Embrapa Gado de Leite) - , em Juiz de Fora, na Zona da Mata, já disponibilizou ao mercado e produtores o Anuário Leite 2024. A publicação é considerada uma importante ferramenta para atualização dos pecuaristas. Além de reunir informações sobre o mercado lácteo, o material conta também com resultados de pesquisas e tendências para a produção. Uma das grandes novidades é a avaliação genômica multirracial, que está sendo desenvolvida por pesquisadores e será lançada em breve.

Conforme o chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, Denis Teixeira da Rocha, o anuário vem para consolidar os principais dados e estatísticas da cadeia do leite no Brasil. Com os números, é possível traçar o que está acontecendo na cadeia como um todo, analisando desde a área do produtor, passando pela parte de comércio exterior - importação e exportação -, até a parte de indústria. "O anuário é importante porque, além dos dados que a Embrapa analisa, a gente tem participação de outras associações do setor e que contribuem com estatísticas de processamento de leite, dados da captação e do mercado de sêmen. O anuário também é muito utilizado pela cadeia como um referencial para a gente entender como é que foi o último ano da cadeia e fazer diversas análises", aponta.

Entre as informações de mercado, o anuário mostrou que o ano de 2023 foi desafiador para a pecuária de leite no Brasil. No período, houve recorde nas importações de leite, principalmente da Argentina e do Uruguai. O ingresso desenfreado de leite importado no mercado impactou de forma negativa os rendimentos de toda a cadeia, afetando diretamente o produtor de leite.

Pesquisas - Além da parte de análise da cadeia nacional e do mercado do leite, o anuário também reúne as novidades e os trabalhos desenvolvidos pela Embrapa no que se refere às pesquisas.

Dentre as tecnologias abordadas, estão as práticas para recuperação de pastagens degradadas, técnicas para redução da pegada de carbono do leite e protocolo de biosseguridade em fazendas leiteiras. "Na questão da recuperação de pastagem degradadas, falamos da importância dessa recuperação e orientamos como o produtor pode fazer. A iniciativa é um programa de governo e que tem recebido investimentos importantes. Haverá recursos para a recuperação de pastagem e crédito subsidiado por programas de governos dentro dos planos safras", acrescenta Rocha.

Há ainda soluções que estão em desenvolvimento e que, em breve, serão lançadas, como a avaliação genômica multirracial. A avaliação permitirá identificar animais Gir Leiteiro com genética superior para cruzamento com bovinos da raça Holandesa a fim de se obter o melhor Girolando.

"A avaliação genômica multirracial vai reunir, pela primeira vez, os dados de três raças para fazer uma avaliação combinada. A maior parte da produção brasileira de leite vem do do cruzamento do Gir Leiteiro com o Holandês, que deu origem ao Girolando. A ideia é descobrir quais são os melhores animais para produzir esse animal cruzado, esse Girolando, nas diferentes composições sanguíneas", explica ele.

Na parte de transferência de tecnologia, conforme Rocha, o anuário destaca a iniciativa piloto de compartilhamento de conhecimentos e tecnologias focadas em bovinocultura de leite por meio da rede Embrapa com as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural. Em Minas Gerais, a parceria é com a Emater-MG.

"Esse projeto é uma integração entre as pesquisas e a assistência técnica e extensão rural pública. Isso tem funcionado muito bem porque de nada adianta a gente gerar tecnologia e ela não chegar de forma eficiente no campo. A melhor maneira de fazer isso é de forma integrada com os órgão de assistência técnica", finaliza. %

Avaliação genômica permitirá identificar animais Gir Leiteiro com genética superior para cruzamento com raça Holandesa FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALISSON J. SILVA

"Esta avaliação genômica vai reunir, pela primeira vez, os dados de três raças para fazer uma avaliação combinada. A maior parte da produção brasileira de leite vem do cruzamento de Gir Leiteiro com Holandês, que deu origem ao Girolando"

Denis Teixeira da Rocha

PRODUÇÃO DE LARANJA

Aumenta incidência de *greening*

São Paulo - A incidência do *greening* no cinturão de produção de laranja de São Paulo e Triângulo/Sudoeste Mineiro aumentou para 44,35% dos pomares em 2024, no sétimo ano consecutivo de avanço da pior doença da citricultura, segundo levantamento anual do Fundecitrus divulgado na sexta-feira (6). Em 2023, a incidência da doença havia atingido 38,06%.

O *greening* e o tempo seco têm sido dois fatores por trás das seguidas baixas colheitas no Brasil, maior produtor e exportador global de suco de laranja, que colaboraram para impulsionar os preços do suco na bolsa de Nova York para máximas históricas em 2024.

A nova safra de laranja do cinturão produtor de São Paulo e Minas Gerais foi estimada em maio em 232,38 milhões de caixas de 40,8 kg, queda de 24,36% na comparação com o ciclo anterior.

Segundo o Fundecitrus, a incidência da doença - que não tem cura e reduz a produtividade dos pomares em cerca de 60% em relação a uma árvore sadia - correspondeu a aproximadamente 90,36 milhões de pés afetados em 2024, de um total de 203,74 milhões de laranjeiras em todo o parque citrícola.

"O avanço da doença é reflexo do maior registro histórico populacional do inseto que transmite a doença ocorrida ainda em 2023, quando a média de captura por armadilha aumentou 54% em relação a 2022", disse o Fundecitrus.

Por outro lado, mesmo com a alta, o incremento de 6,29 pontos percentuais na incidência neste ano foi menor do que o aumento de 13,66 pontos de 2022 para 2023, segundo o Fundecitrus.

Para o fundo de pesquisa, isso é um bom indicativo de desaceleração da velocidade de evolução da doença, mas o cenário ainda é de preocupação e continua exigindo dos citricultores a adoção de medidas eficazes para a mitigação da doença nos pomares, principalmente com o controle adequado do psilídeo e eliminação de plantas doentes.

"O avanço do *greening* é uma realidade no nosso parque citrícola há sete anos. Isso não mudou! Os citricultores e profissionais do setor, que estão no dia a dia do pomar, precisam dar sequência ao trabalho que vem sendo feito para a mitigação da doença e o controle eficaz do psilídeo", disse o gerente-geral do Fundecitrus, Juliano Ayres, em nota.

Um dos possíveis fatores relacionados à desaceleração da velocidade de evolução da doença, de um ano para outro, é que em boa parte do segundo semestre de 2023 e início de 2024, as temperaturas foram mais altas do que o normal em todo o cinturão citrícola.

"Embora essas ondas de calor não tenham sido suficientes para baixar a população de psilídeos, elas podem ter acelerado o crescimento dos brotos e afetado a multiplicação da bactéria neles, interferindo negativamente na aquisição e transmissão da bactéria pelo psilídeo", explicou o pesquisador do Fundecitrus, Renato Bassanezi.

Das 12 regiões do cinturão citrícola, cinco estão com incidência acima de 60%, duas com incidência entre 40 e 50%, três com incidência entre 15 e 25% e apenas duas com incidência abaixo de 5%.

As regiões com maiores incidências em 2024 continuam sendo Limeira (79,38%), Brotas (77,06%), Porto Ferreira (71,77%), Duartina (63,93%) e Avaré (63,41%). Segundo os pesquisadores, é "imprescindível" reforçar as aplicações de inseticidas para controlar o psilídeo, para que as plantas doentes não sirvam de fonte de inóculo e acelerem a propagação e a severidade da doença dentro do pomar e nos pomares vizinhos.

Como a doença não tem cura, as recomendações também incluem a eliminação de plantas doentes dentro do pomar, uma medida que muitos produtores hesitam em tomar, considerando a disparada dos preços do suco e da laranja.

Para fugir do *greening*, grande empresas estão avaliando migrar para outras áreas menos tradicionais da citricultura, onde há menor pressão da doença. O grupo Cutrale, um dos líderes globais na produção e exportação de suco de laranja, investirá R$ 500 milhões no plantio de 5 mil hectares da fruta na divisa de Campo Grande com Sidrolândia, em Mato Grosso do Sul, conforme informações do governo local divulgadas em março.

A Citrosuco também está buscando regiões com menor pressão de greening, cultivando em novas fazendas de Minas Gerais. **(Reuters)** %

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

NEGÓCIOS

Últimos dias para conferir a 29ª CASACOR Minas

ARQUITETURA E DESIGN Mostra vai somente até dia 15 de setembro, no Espaço 356, no bairro Olhos D'Água

A CASACOR Minas vai chegando à sua reta final. A 29ª edição da maior mostra de arquitetura, *design* de interiores, paisagismo e arte do Estado consolida-se como uma das mais efervescentes dos últimos anos. Além dos 62 ambientes, assinados por 97 profissionais do segmento, a mostra ainda abriga uma série de eventos e iniciativas ao longo do seu período de realização. A CASACOR Minas é uma oportunidade para se inteirar sobre todas as novidades do segmento, além de oferecer um entretenimento de qualidade para toda a família.

Um dos ambientes que tem seduzido públicos de todas as idades é o Bar de Jogos, de Flávia Freitas e Letícia Longuinho. Com mesa de sinuca, de pôquer e de pebolim, o espaço ainda conta com bar e *lounge*, ideal para receber amigos.

O Living Galeria, de Maikyanne Sudré, é um ambiente criado para em parceria com o Sebrae para apresentar as criações do Polo Moveleiro de Ubá. Em tons terrosos, a proposta foi criar um clima de galeria de arte para evidenciar as peças.

Dois espaços abertos chamam a atenção nesta edição. O primeiro deles é o Terraço 356, com projeto das experientes Beatriz Lodi e Luciana Motta. O ambiente se destaca pela escolha criteriosa de peças de *design*, e pelo uso de materiais naturais, como a madeira e o tecido. Já o Petit Resort, de Adriana Gouveia, é intimista, aconchegante e foi criado para comprovar que uma área de lazer e descanso pode ser compacta e muito funcional. A ideia foi oferecer uma área familiar voltada para o relaxamento em família, com opções dignas de um resort particular.

O Banheiro de Vidro, da equipe da Aberta Arquitetura (Vinícius Fonseca, Caio Camargos, Lucas Borges e Ramon Dupláat), tem inspiração nos banheiros públicos japoneses. São quatro cabines unissex que recebem um trabalho com a cor, em formatos de cubos, a serem montados e desmontados para outros usos, permitindo assim uma arquitetura modular, sustentável e reutilizável.

Gastronomia - Um dos pontos altos da CASACOR Minas é a sua estreita conexão com a gastronomia, uma paixão dos mineiros. Cada edição conta com uma série de operações comerciais pensadas para agregar às experiências dos visitantes. Neste ano, a mostra conta com dois cafés, um gastrobar e o restaurante, oferecendo um mix de opções e propostas voltadas para todos os públicos.

Ao chegar, o público já é logo recebido pelo Café Mayor, com projeto assinado pela equipe da Pega Projeto (Gabriela Brasil, Marlon Júnior e Pedro Melo) e paisagismo de Andréia Campolina. A operação do espaço fica por conta do Buffet Célia Soutto Mayor, que oferece um cardápio que vai desde um lanche até um almoço, com opções também para um encontro entre amigos.

Dentro da mostra, o Elisa Café, com projeto de Roziane Faleiro, é o local ideal para uma pausa no percurso. A cafeteria tem clima de cozinha de casa, com uma grande mesa coletiva e algumas individuais, e o visitante pode acompanhar todos os processos de preparo dos cafés, criados a partir da assinatura de uma das maiores especialistas no assunto.

O Chef e o Cabra, restaurante desta edição, tem menu projeto arquitetônico assinado por José Lourenço e Marina Figueiredo e menu elaborado pelo renomado e premiado *chef* Onildo Rocha, que ganha cada vez mais destaque no cenário gastronômico nacional e internacional. O paraibano está à frente do Espaço Priceless, complexo que abriga os restaurantes Notiê e Abaru no topo do Shopping Light, em São Paulo. O Notiê figura inclusive na lista de recomendações do Guia Michelin, uma das indicações mais respeitadas do segmento. O cardápio conta com criações exclusivas para a CASACOR Minas e valoriza uma miscigenação de ingredientes nordestinos e mineiros, como a mandioca, a carne de sol, de porco e de cabrito, além dos queijos canastra e das cabras de Taperoá.

> "A CASACOR Minas é uma oportunidade para se inteirar sobre todas as novidades do segmento, além de oferecer entretenimento para a família"

Outro destaque é o Bar de Vidro, com projeto de Paulo Augusto Campos e Sarah Floresta, da Balsa Arquitetura. A operação do bar é do Cabernet Butiquim, espaço que popularizou o consumo de vinho de um jeito descomplicado, aliado a uma gastronomia autoral. "Nosso desafio principal foi fazer um novo Cabernet em um local diferente, mas mantendo o clima descontraído da casa, que é a nossa marca. E ficamos muito felizes com o resultado!" destaca Pablo Teixeira, sócio do restaurante.

O Espaço Origem Minas, de Cynthia Silva, é um projeto desenvolvido em parceria com o Sebrae/MG e destaca uma série de produtos criados por pequenos produtores das áreas de gastronomia e artesanato.

No Eleve-se, bar assinado por Júnior Piacesi, a ideia foi destacar a carta de coquetéis desenvolvida pela mixologista Cibele Guimarães, fundadora da Drinks por Jezebel, que homenageiam importantes nomes da arquitetura e do *design*.

Bar de Jogos, por Flávia Freitas e Letícia Longuinho, tem seduzido público de todas as idades FOTO: DIVULGAÇÃO / HENRIQUE QUEIROGA

Beatriz Lodi e Luciana Motta criaram o Terraço 356, que se destaca pela escolha acertada de peças de design e pela utilização de materiais naturais como madeira e tecido FOTO: DIVULGAÇÃO / JOMAR BRAGANÇA

SERVIÇO

29ª CASACOR Minas Gerais
Data: até dia 15/09,
Local: Espaço 356 - Rua Adriano Chaves e Matos, 100 - Olhos D'água
Ingressos disponíveis no site (*www.casacor.abril.com.br*) ou na bilheteria do evento

Em tons terrosos, Living Galeria apresenta criações do Polo Moveleiro de Ubá em parceria com Sebrae FOTO: DIVULGAÇÃO / HENRIQUE QUEIROGA

Banheiro de Vidro tem inspiração nos banheiros públicos do Japão FOTO: DIVULGAÇÃO / JOMAR BRAGANÇA

Elisa Café, de Roziane Faleiro, é ideal para pausa no percurso e traz clima de cozinha de casa FOTO: DIVULGAÇÃO / GUSTAVO XAVIER

O Chef e o Cabra, com menu por Onildo Rocha, tem projeto de José Lourenço e Marina Figueiredo FOTO: DIVULGAÇÃO / ESTUDIONY18

Operado pelo Cabernet Botequim, Bar de Vidro é outro destaque, por Paulo Campos e Sarah Floresta FOTO: DIVULGAÇÃO / HENRIQUE QUEIROGA

VINHO DA CASA

MARCELLE JUSTO

Jornalista formada na PUC-Rio, se dedica há 6 anos à especialização em vinhos. Tem a certificação inglesa da Wine & Spirit Education Trust, WSET 2; cursou Introdução à Enologia no Senac-Rio e fez a formação profissional da Associação Brasileira de Sommeliers (ABS-Rio).

Vinhateiros de oito regiões de Minas se unem para dar mais destaque ao enoturismo

Agosto foi mês de festa para os vinhos mineiros com a criação da nova Rota de Vinhos. Dividida em oito sub-regiões, ou micro-terroirs, Minas Gerais mostra toda a sua diversidade sem perder a identidade própria que caracteriza os vinhos produzidos pela técnica da dupla poda, criada pelo agrônomo Murilo de Albuquerque Regina, na vinícola Estrada Real, em Caldas, no Sul do Estado e "exportada" para todo o Sudeste e Centro-Oeste.

Uma vitivinicultura que iniciou com a plantação de apenas algumas castas europeias e hoje já conta com outra dezena delas, testadas e com bom resultado. O grande destaque é a uva Syrah. Ícone da região do Rhône, na França, onde estão as maiores plantações desta variedade, também muito popular na Austrália, conhecida como shiraz.

Minas, com seus diferentes micro-terroirs, tem capacidade para produzir vinhos que se aproximam tanto das características francesas quanto australianas. Entre tânicos e mais alcoólico, como os shiraz australianos, e os mais delicados, mais frutados, como um syrah francês.

Com a formação da Associação dos Produtores de Uva e Vinho de Minas Gerais, os vinhateiros das regiões da Zona da Mata, Triângulo Mineiro, Sul/Sudoeste, Oeste, Norte, Metropolitana, Jequitinhonha, Central e Campo das Vertentes se unem para dar mais destaque ao enoturismo, um mercado que tem tudo para crescer cada vez mais nos próximos anos, associado à já consagrada gastronomia local.

Sabores genuínos e harmonizações típicas das Gerais passarão a fazer parte da cultura vinícola nacional, a exemplo do que já ocorre no Novo e Velho Mundo do vinho. Quem tem uma garrafa de Chianti, o vinho italiano feito na Toscana, pensa em pratos de massa. Receitas de bacalhau pedem vinhos portugueses.

O desafio é encontrar no repertório a harmonização ideal. Cabacinha do Jequitinhonha com Sauvignon Blanc, leitão a pururuca com Syrah do Triângulo e costelinha de porco com Tempranillo de Andradas? É tempo de colar pratos e taças, como as combinações consagradas mundo afora. Na França, Pinot Noir da Borgonha com boeuf bourguignon e queijo de cabra com brancos do Vale do Loire. Na Espanha, Jerez seco com jamón ibérico ou Cava com tapas variadas.

Para completar, Minas também é a casa de excelência do parceiro mais tradicional de qualquer vinho: o queijo. A enorme variedade de queijos de qualidade, muitos premiados no exterior, produzidos em todo o estado, vai produzir uma infinidade de harmonizações. Cada terroir tem o seu. É ligar as pontas e fazer caminhar junto. Até porque não faltam estradas com construções longevas, repletas de histórias e tradições, para amarrar as rotas e fazer desses oito terroirs os mais charmosos do País.

Organização estima investir R$ 400 mil na preparação da competição e que, pelo menos, o dobro seja gasto no comércio FOTO: DIVULGAÇÃO / VETOR ESPORTES

Andradas sedia Pan-Americano de Parapente

OPORTUNIDADE Entre os dias 14 e 21 de setembro, evento promete agitar o setor turístico na cidade do Sul de Minas Gerais

DANIELA MACIEL

A natureza exuberante do Sul de Minas vai ganhar um colorido a mais com o Pan-Americano de Parapente, que acontece em Andradas, entre os dias 14 e 21 de setembro. O evento promete agitar o setor turístico de Andradas e cidades vizinhas. São esperadas mais de 8 mil pessoas ao longo da semana, entre atletas, equipes, imprensa e amantes do esporte.

De acordo com o presidente da Vetor Esportes - organizadora do evento -, Luís Cruz, a escolha da cidade levou em consideração, além das condições naturais do Pico do Gavião, que permite aos pilotos segurança na decolagem e no pouso, a possibilidade de voar em todos os quadrantes de vento e pouca possibilidade de chuva, a infraestrutura para receber participantes e turistas.

"A escolha de Andradas vem de uma disputa internacional há dois anos. A cidade apresentou uma proposta ao Comitê Internacional e disputamos com outros dois países. A votação foi em fevereiro de 2023. Além das condições naturais que Andradas oferece para a prática do parapente, a cidade cresceu muito em infraestrutura turística nos últimos cinco anos. Estamos na divisa com São Paulo, o que facilita a logística das equipes. Estão inscritos 120 atletas de 30 diferentes países", explica Cruz.

A organização estima investir R$ 400 mil na preparação da competição e que, pelo menos, o dobro seja gasto no comércio do município.

Não é a primeira vez que Minas Gerais recebe o evento. Em 2022, foi Governador Valadares, (Vale do Rio Doce) quem abrigou o Pan-Americano de Parapente. Naquela edição, o Brasil levou o título por Nações e o Open, com o piloto Rafael Saladini.

O Pan-Americano vai funcionar como um preparatório para o 19º Mundial de Parapente, em 2025. Juízes e coordenadores da Federação Aeronáutica Internacional (FAI) vão avaliar Andradas e propor alterações, caso necessário.

Governador Valadares também recebeu o Mundial em 2005, sendo lembrada até hoje como uma das edições mais organizadas da competição.

Para o secretário de Desenvolvimento Econômico, Agrário, Turismo e Cultura de Andradas, Erivelton Luís Siqueira, os campeonatos de parapente são oportunidades importantes para a divulgação de Andradas no exterior. A cidade, que faz parte de prestigiadas rotas turísticas com produtos como vinho, café e azeites e também é famosa por roteiros junto à natureza, seja para contemplação ou prática de esportes radicais.

O cicloturismo, a Rota do Vulcão e o Caminho da Fé ajudam a compor o cardápio de atrações para todas as idades que podem, ainda, aproveitar a típica gastronomia das montanhas do Sul de Minas.

"É muito bom ter um evento como este aqui e a expectativa é muito grande. Estamos prontos para receber atletas e turistas com uma rede hoteleira renovada, bares e restaurantes variados e uma cidade organizada e com os atrativos turísticos sinalizados. Quem vier para o Pan-Americano de Parapente vai poder, ainda, conhecer nossos outros atrativos naturais como a Pedra do Elefante e a Pedra da Cruz, por exemplo, as vinícolas, as fazendas de cafés especiais, além de desfrutar da comida mineira e os nossos azeites premiados", destaca Siqueira.

Outro objetivo dos eventos é difundir a prática do voo livre no Brasil. Em junho deste ano, a Comissão de Esporte (CESp) do Senado Federal aprovou o projeto que regulamenta as profissões de instrutor de voo livre, do piloto de voo duplo turístico de aventura. O PL 1884/2024 será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta estabelece que os profissionais devem ser habilitados pela Confederação Brasileira de Voo Livre (CBVL) ou pela FAI.

"O voo livre como um todo e o parapente, dentro dele, é um esporte encantador e mais simples do que parece. Minas talvez seja, no Brasil, o estado com mais rampas para a prática do parapente e temos, bem próximas, boas escolas em Andradas e Poços de Caldas, por exemplo. Hoje, com equipamentos e vestuário nacionais, o esporte se tornou financeiramente mais acessível", afirma o organizador do Pan-Americano de Parapente.

RETAIL MEDIA

Rede Verdemar e Pixel se unem

RODRIGO MOINHOS

O Verdemar fechou parceria com a Pixel Mídia Out Of Home para expandir o *retail media* no mercado mineiro. O segmento de mídia no País, que movimenta algo em torno de R$ 24 bilhões, tem no setor supermercadista menos de 0,06% desse volume. Com a parceria, a Pixel propõe digitalizar as redes de varejo para consolidar a receita de *retail media*, alcançando uma audiência estimada em 800 mil pessoas por mês, predominantemente das classes A/B.

O sócio-diretor do Verdemar, Alexandre Poni, destacou: "A parceria visa fortalecer nossa estratégia de conectar nossos clientes a produtos e marcas de alta qualidade, de forma altamente segmentada e relevante, inovando continuamente a experiência de compra".

Com a nova área de *retail media*, o objetivo do Verdemar é estreitar ainda mais as parcerias com fornecedores, acelerando os resultados comerciais conjuntos.

"Unimos a expertise do nosso time de *marketing* com a tecnologia da Pixel para garantir uma interação inteligente e oportuna entre os clientes e as marcas parceiras em nossas 16 lojas. Isso tornará a jornada de compras ainda mais assertiva e especial", ressaltou a gerente de marketing do supermercado, Fernanda Andrade.

Com mais de 30 anos de história, o Verdemar está entre as 10 maiores redes de supermercado do Brasil, com um faturamento de R$ 1,3 bilhão. Atualmente, possui 16 lojas distribuídas em Belo Horizonte e Nova Lima e planeja abrir novos pontos de venda nos próximos três anos.

Já a Pixel Mídia Out Of Home está no mercado desde 2021, e tem atuado diretamente no desenvolvimento de *retail media* para redes como Hortifruti (RJ), Natural da Terra e Mercado Municipal de Santo Amaro (SP). A empresa opera em mais de 80 unidades e é um dos maiores veículo de mídia especializado em *retail* na região Sudeste.

O CEO da Pixel, Márcio Souza, explicou que a proposta da empresa é "criar uma grande rede de varejistas com audiência relevante, para que grandes agências vejam cada vez mais o meio como uma opção de comunicação importante".

"Estamos ansiosos para ver os resultados dessa digitalização e o impacto positivo tanto para consumidores quanto para os anunciantes", disse o executivo da Pixel sobre a parceria com o Verdemar.

Empresas criam soluções para a falta de mão de obra

CONSTRUÇÃO CIVIL A otimização de processos juntamente com o uso de novas tecnologias têm contribuído para amenizar a escassez, principalmente nas grandes empresas

JULIANA SODRÉ

A dificuldade de contratar mão de obra, seja ela qualificada ou não, para o setor da construção civil é uma realidade que já vem sendo relatada pelos empresários há algum tempo. Para amenizar este problema, as empresas têm investido em capacitação, valorização dos profissionais, tecnologias e inovações para compensar a redução da oferta de pessoal.

A dificuldade de contratação apareceu, inclusive, na Sondagem Indústria da Construção, realizada este ano pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com apoio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic). Na pesquisa, para 28,2% dos empresários de todo o País, a falta ou o alto custo do trabalhador qualificado atingiu o índice mais alto entre as preocupações

Na ocasião, a preocupação alcançou o maior número da série histórica. Em 10 anos, foi a primeira vez que este item obteve a maior preocupação entre os empresários, como mostrou a reportagem do Diário do Comércio naquela época.

Geraldo Linhares, presidente da Câmara da Indústria da Construção Civil, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), considera o problema "grave". Por isso, têm estimulado treinamentos dentro do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) para apresentar o setor para os estudantes.

"O Senai hoje tem cursos que mobilizam jovens mostrando que eles têm capacidade de ter altos salários na construção e ganhar até duas ou três vezes o salário base considerando a produtividade", alega.

As empresas do setor da construção civil têm investido em capacitação, valorização dos profissionais, tecnologias e inovações para compensar a redução da oferta de pessoal, problema que apareceu na Sondagem Indústria da Construção, realizada CNI FOTO: DIVULGAÇÃO / DHL PRODUÇÕES

Na opinião do presidente, a intensificação das capacitações é o melhor caminho para a solução do problema. E aposta na promessa do presidente da Fiemg, a construção de uma grande escola da construção civil na região do Barreiro, em Belo Horizonte, como uma oportunidade de formação de novos profissionais para o Estado e para o setor.

"É uma escola que visa produzir muita mão de obra: pedreiro, operador de equipamento, montadores de forma, operador de gruas, entre outras. Serão mais de 5 mil alunos considerando os três turnos", afirma.

A falta de qualificação é um dos fatores apontados como causa do "apagão" de profissionais na construção civil pelo professor do curso de Engenharia Civil da faculdade Faseh, Rodrigo Romero. Além disso, ele aponta o envelhecimento dos profissionais atrelado ao não rejuvenescimento, às condições intrínsecas das obras e às oportunidades melhores apresentadas aos profissionais atualmente como outros possíveis fatores.

Diante dessa realidade, as empresas estão em busca de soluções. A otimização de processos juntamente com o uso de novas tecnologias, têm contribuído para amenizar os problemas, principalmente nas grandes empresas. O presidente da Câmara da Indústria cita o exemplo das paredes de concreto feitas a partir de formas metálicas que excluem a necessidade de profissionais para a colocação de tijolo a tijolo.

"Com elas é possível montar um pavimento por dia. Então, se você quer construir um prédio de 10 pavimentos, você o faz em 10 dias úteis. É realmente uma agilidade que as grandes empresas ganham e uma economia de mão de obra", explica.

Entretanto, a solução dos pré-fabricados é ideal para grandes empresas, que produzem em série como para o "Minha Casa, Minha Vida". Diferente disso, os caminhos vão para outro tipo de tecnologia, como explica o empresário Gabriel Pentagna, da Pentagna Incorporadora. No caso deles, que atuam no alto padrão, o uso do BIM (*Building Information Modeling* ou Modelagem da Informação da Construção) possibilita a criação de projetos mais precisos e eficientes, reduzindo custos e prazos de execução. "A automação e a pré-fabricação aceleram também o processo construtivo, garantindo mais qualidade e minimizando erros", afirma Pentagna.

> **"Na área comercial, temos usado ferramentas de realidade aumentada (AR) e realidade virtual (VR) que melhoram a experiência do cliente"**
> Gabriel Pentagna

O empresário cita também avanços no time de vendas que, assim como no chão de fábrica, vive uma carência de profissionais. "Na área comercial, temos usado ferramentas de realidade aumentada (AR) e realidade virtual (VR) que melhoram a experiência do cliente, permitindo que visualizem os projetos antes da construção, facilitando a decisão de compra", diz.

O diretor executivo de Desenvolvimento Humano e Organizacional do Grupo Patrimar, Silvano Aragão, conta que o grupo trabalha tanto com o padrão econômico quanto com o alto luxo. Para este último, ele afirma que a construção ainda é "quase artesanal" e a presença feminina tem sido uma solução cada vez mais utilizada e desejada em função das habilidades manuais.

A internalização dos serviços é outra tendência que, além das citadas, tem sido adotada pelo Grupo Patrimar. "Trabalhamos com cerca de 300 empreiteiras e temos internalizado algumas funções para atrair colaboradores para a Patrimar. Oferecemos um pacote de remuneração e benefícios para reter ou atrair a mão de obra", conta.

De acordo com o diretor, o grupo também tem feito parcerias com escolas técnicas dando oportunidade para os alunos. "Estamos identificando estes alunos que não conseguem entrar no mercado por falta de experiência e dando a eles a chance de estarem conosco, dando capacitação e oportunidade", afirma Aragão.

Contratar imigrantes já está em análise

Para superar a escassez de trabalhadores do setor, o diretor executivo de Desenvolvimento Humano e Organizacional do Grupo Patrimar, Silvano Aragão, diz que os imigrantes são uma opção em análise. Presentes cada vez mais no País, ele comenta que é uma alternativa que está sendo avaliada, mas adianta que tem encontrado dificuldades.

"Estamos avaliando a parte legal e também a questão do idioma", pontua.

O professor da faculdade Faseh, Rodrigo Romero, também tem identificado o uso da automação em tarefas consideradas repetitivas e mais perigosas. "Ao invés do trabalhador ficar submetido a riscos como grandes alturas, fontes energizadas, que afastam o interesse do trabalhador pelo setor, as grandes construtoras estão investindo em desenvolver novas tecnologias e buscando automatização para este tipo de atividade".

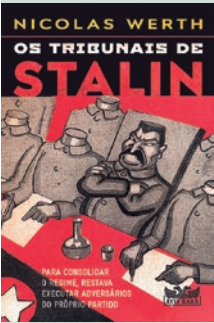
O professor cita ainda a manufatura aditiva como uma alternativa. "As empresas têm usado grandes impressoras 3D para fazer casas e otimizar processos. São imóveis que não usam tijolo, mas sim camadas de concreto que são depositadas uma a uma", explica. Ele lembra ainda que a certificação e o treinamento contínuo é extremamente importante para a manutenção do operacional. **(JS)**

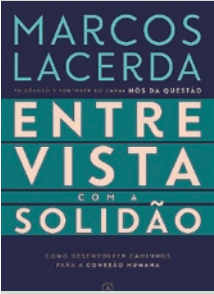
Estamos avaliando a parte legal e a questão do idioma, disse Aragão sobre a contratação de imigrantes FOTO: DIVULGAÇÃO / PATRIMAR

Rodrigo Romero tem identificado o uso da automação em tarefas consideradas repetitivas e mais perigosas FOTO: DIVULGAÇÃO / FASEH

LIVROS

% LIVROS

Os tribunais de execução dos opositores de Stalin

A Avis Rara lança "Os Tribunais de Stalin" de Nicolas Werth, que traz à tona os fatos sobre as execuções sumárias que Stálin realizava em seu governo para acabar não apenas com opositores, mas com possíveis substitutos, e como isso gerou uma espécie de culto a uma das figuras mais cruéis de nossa história. Nicolas Werth, historiador francês e especialista em história soviética, reconstrói, juntamente com a turbulenta história dos grandes processos públicos, a origem e a dinâmica deste momento extremo de lógica totalitária. (Os Tribunais de Stalin, Nicolas Werth, Editora Avis Rara, 224 páginas, R$ 59,90)

Da solidão à solitude: é hora de redefinir as conexões humanas

Os brasileiros são os mais solitários do mundo! Mas como lidar positivamente com esse sentimento? Quem ensina a compreendê-lo e transformá-lo em solitude, ou seja, desfrutar da própria companhia de forma leve e feliz, é o psicólogo Marcos Lacerda no livro "Entrevista com a solidão - Como desenvolver caminhos para a conexão humana". Nesta obra publicada pela Latitude, o especialista em relacionamentos, com mais de 30 anos de experiência em consultório, mostra aos leitores que é possível superar o medo da solidão e tornar cada momento particular uma oportunidade de autoconhecimento, desenvolvimento pessoal e de bem-estar mental. O autor alerta que, para lidar com esse estado, é preciso igualmente viver os momentos de quietude para desfrutar da própria companhia - isso ajuda a evitar picos de irritação, intolerância e distanciamento do que existe de melhor em cada um. (Entrevista com a solidão - Como desenvolver caminhos para a conexão humana, Marcos Lacerda, Editora Latitude, 196 páginas, R$ 64,90)

Revolução dos humanos: por essa Orwell não esperava

O que George Orwell não pensou, André L. Nascimento elucidou em sua obra "O Bicho", publicada pela editora Flyve. Este livro fará com que o leitor repense-se em tudo que acredita ser certo dentro da sociedade atual, cruel e desequilibrada. A distopia é relatada pela história de Dakota, uma cachorra que cansou de ver o mundo maltratando os bichos - que neste caso são os humanos. Engordados em granjas para o abate, com seus couros arrancados para produção de roupas, sugados para ordenhas e vivendo em um mundo no qual são tradados como escória, as pessoas são consideradas seres sem alma. A história se desenrola por meio de mentiras, invasões, protestos, perseguições, explosões, estupro, mortes, inteligência artificial e investigações. O autor faz da protagonista uma verdadeira guerrilheira em prol da humanidade. A intenção é implodir o sistema. Vegano na luta, André L. Nascimento não acredita que os animais devem servir ao homem. Paralelo a todos os sentimentos que esta obra provoca, como repulsa, indignação e, até mesmo, compaixão, o humor ácido é tema com trocadilhos de nomes de políticos, personalidades e influenciadores. (O Bicho, André L. Nascimento, Editora Flyve, 290 páginas, R$ 61,90)

Obra distorce os limites entre ficção e realidade

% TRAGICOMÉDIA Em "Teatro à Venda", de Pedro Tancini, tudo pode ser transformado em mercadoria pela lógica capitalista, inclusive a própria arte e os seres humanos

Quatro atores encenam uma peça que mais parece um grande comercial de televisão. Eles interpretam a típica "família margarina": pai, mãe, filho e filha em um cotidiano perfeito anunciando produtos dos mais diversos e miraculosos. Parece que as propagandas invadiram todos os lugares e nem o teatro escapou. É o "Teatro à Venda", como provoca o título do livro do dramaturgo e poeta Pedro Tancini, onde tudo pode ser transformado em mercadoria pela lógica capitalista, inclusive a própria arte e os seres humanos.

A obra literária, que teve sua primeira encenação em 2023 pelo Coletivo Parêntesis de Teatro, trata sobre as consequências do sistema na vida de trabalhadores que abdicam de tempo, saúde e individualidade para sobreviver. Em uma tragicomédia que distorce os limites entre ficção e realidade, o autor reflete sobre cultura do consumo, desigualdade, epidemia de depressão, crise ambiental e a insensibilização como projeto social.

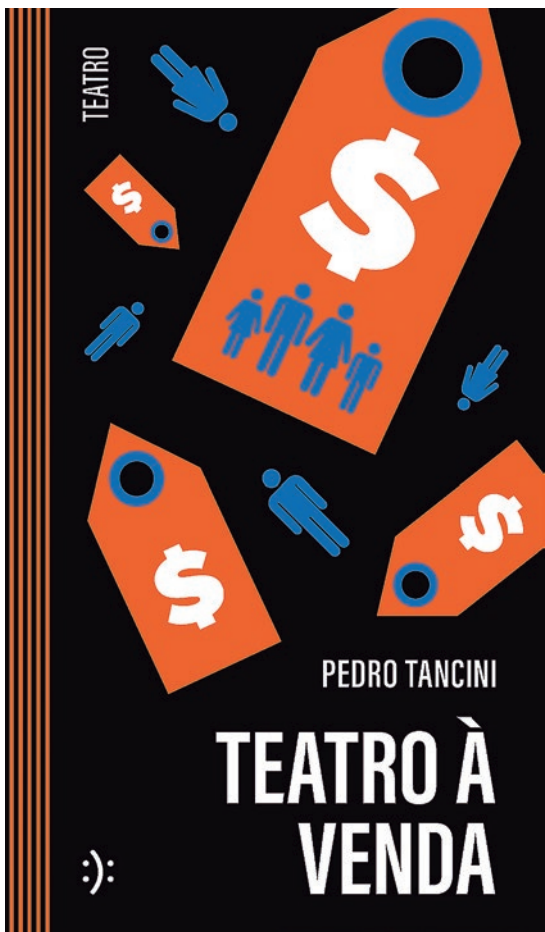
Nesta sátira ao mundo maravilhoso das narrativas publicitárias, os leitores são convidados a refletir sobre as contradições do capitalismo. A crítica nasce dos conflitos dos quatro protagonistas que se tornam, ao mesmo tempo, as personagens e os atores que os representam. Aos poucos, desmoronam as percepções de cada um deles sobre a própria existência dentro da máquina de produção de lixo e mentiras onde habitam.

O pai descobre que vive uma vida de fachada e, em busca de algum afeto verdadeiro, vende-se pelo telefone. Já a mãe insiste em manter o papel de mulher ideal para fugir da própria infelicidade, até que ela própria se torne uma máquina. O filho, o maior orgulho da família, se mostra um excelente vendedor ao deduzir que não é necessário responsabilidade ou sensibilidade para lucrar nesse mundo de ilusões. A filha, por outro lado, sente-se desamparada porque nenhum produto é capaz de preencher seu vazio e, à procura de um propósito, encontra significado apenas no que é descartado pelo sistema, o lixo.

Em uma tragicomédia que distorce os limites entre ficção e realidade, o dramaturgo e poeta Pedro Tancini reflete sobre cultura do consumo FOTO: DIVULGAÇÃO / COLETIVO PARÊNTESIS DE TEATRO

Pesquisador sobre os impactos do capitalismo nas sociedades do século XXI, Pedro Tancini publica a obra não somente como um retrato da contemporaneidade, mas também como uma maneira de ensaiar caminhos possíveis de superação do sistema. Ele comenta: "Não é difícil criticar o capitalismo. Difícil é ter esperança, quando o sistema está dedicado a nos convencer de que ele é o único possível, que as tragédias que produz são inevitáveis para a existência da civilização. Mas, até para ter esperança, é preciso responsabilidade. E esta obra é um texto que convida a uma esperança ativa, realizada também pelo poder da arte, da literatura e do teatro".

Primeiro volume da coleção de dramaturgias autorais publicadas pelo Coletivo Parêntesis, Teatro à Venda tem o apoio do governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Cultura, Economia e Indústrias Criativas. Em 2024, também é publicado o segundo livro da coleção: a dramaturgia "Professores Online", de Pedro Tancini e Caio Caldas. %

> **"Não é difícil criticar o capitalismo. Difícil é ter esperança, quando o sistema está dedicado a nos convencer de que ele é o único possível"**
> Pedro Tancini

% FICHA TÉCNICA

Título: Teatro à Venda
Autor: Pedro Tancini
Editora: Coletivo Parêntesis de Teatro
Páginas: 96
Preço: R$ 30 (físico)

% INCENTIVO

Livro de Graça na Praça acontece domingo

A 22ª edição do Livro de Graça na Praça acontecerá no dia 8 de setembro de 2024, na Praça Duque de Caxias, no bairro Santa Tereza, região Leste de Belo Horizonte. O evento, realizado de 8h às 12h, marcará os lançamentos e a distribuição gratuita dos livros "Farsas e Trapaças" e "Crestomatia", especialmente editados para a ocasião, além de diversas atividades literárias e artísticas para o público.

O Livro de Graça na Praça é uma associação sem fins lucrativos dedicada a promover o acesso à literatura e a publicação de livros inéditos. O evento, que já se tornou uma tradição em Belo Horizonte, busca democratizar a leitura, incentivar a interação entre autores e leitores e enriquecer a cultura literária da capital mineira.

Neste ano, além dos livros, o evento contará com a participação do Instituto Fernando Sabino, que irá distribuir diversos contos do escritor mineiro, contação de histórias para crianças, distribuição de poemas do Coletivo Arautos da Poesia e um *show* da banda Ritmos Urbanos, formada por Gláucio Barbosa, João Vianna e Bernardo Sabino.

Com o objetivo de democratizar e difundir o gosto pela leitura, promover a interação entre autores e leitores, e enriquecer a cultura literária, o Livro de Graça na Praça celebra 22 anos de história. Nesse período, o projeto distribuiu gratuitamente mais de 400 mil exemplares em praças públicas e contou com a participação de mais de 500 escritores.

Entre os autores que contribuíram para o evento, destacam-se nomes consagrados como Affonso Romano de Sant'Anna, Adélia Prado, Ailton Krenak, Aluísio Pimenta, Ângela Vaz Leão, Fernanda Takai, Fernando Brant, Frei Betto, Laura Medioli, Olavo Romano, Patrus Ananias e Thiago de Mello.

Ao longo de sua trajetória, o Livro de Graça na Praça publicou 31 edições de livros de contos, seis edições de literatura infantojuvenil, duas edições de contos em braille, uma antologia de poemas adotada pelo MEC e nove edições de literatura de cordel, sendo uma delas em braille. Além disso, foram realizados 11 concursos nacionais de contos, seis dos quais em parceria com o Senac, destinados a descobrir e promover novos autores. %

% SERVIÇO

Data: 8 de setembro de 2024
Horário: 8h:00 às 12h:00
Local: Praça Duque de Caxias (Praça do Santa Tereza), no bairro Santa Tereza, Belo Horizonte, Minas Gerais
Atividades: Lançamento e distribuição gratuita dos livros "Farsas e Trapaças" e "Crestomatia", distribuição de revistas ilustradas, contação de histórias, declamação de poemas, e show musical.
Redes Sociais:
www.livrodegracanapraca.org / Instagram: @livrodegracanapraca

MEIs têm novas regras para a emissão de notas fiscais

TRIBUTOS A partir da mudança em vigor deste o último dia 2, a Receita Federal poderá identificar o número de documentos processados por cada microempreendedor individual

São Paulo - Novas regras para emissão de notas fiscais passaram a ser exigidas dos microempreendedores individuais (MEIs) desde o último dia 2. O pagamento do tributo deve ser feito até 20 de setembro. Os microempreendedores devem inserir o CRT 4, Código de Regime Tributário específico do MEI, nas emissões de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e).

As mudanças foram implementadas na versão mais recente da Nota Técnica 2024.001, publicada pela Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz). Com a nova mudança, é possível que a Receita Federal consiga identificar quando as notas fiscais foram emitidas por um MEI.

"Esse código indica que o emissor da nota fiscal está enquadrado como MEI no regime tributário do Simples Nacional", afirma Antonio Miguel Fernandes, professor do curso de Contabilidade da Faculdade Mackenzie Rio.

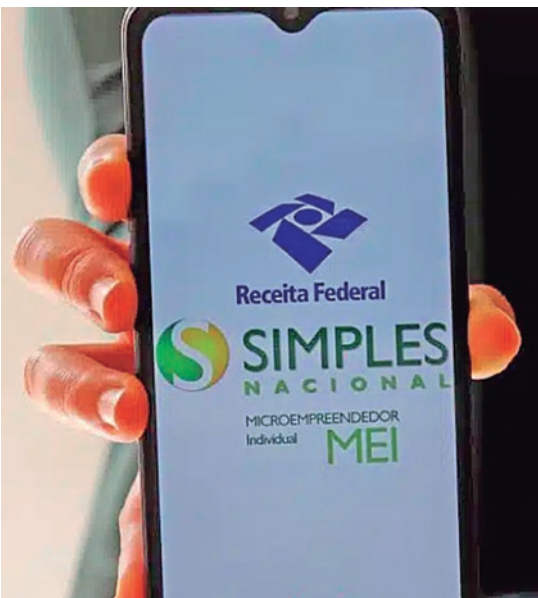
Segundo ele, a maioria dos microempreendedores individuais ainda não se adaptou à formalidade. Assim, com as mudanças, "eles precisarão ser mais organizados, procurando um processo de profissionalização", para indicar o código exato de sua atividade.

O professor aponta ainda que, apesar de o MEI ter sido criado para levar a formalidade às pessoas, a informalidade ainda é grande entre esses indivíduos. "Ele foi criado, por exemplo, para as pessoas terem condições de se aposentar, já que contribuem para isso. Esse movimento serve também para identificar MEIs inativos e para que eles possam ser notificados de que terão seus registros cancelados", adiciona.

Além da inclusão do CRT 4, as novas regras também trazem uma atualização na tabela do Código Fiscal de Operações e Prestações (Cfop), sistema que é utilizado para descrever qual é a natureza da operação que está sendo registrada, ou seja, se a operação descreve uma venda, uma devolução, uma remessa ou algum outro tipo de ação.

Essa atualização tem como objetivo garantir a maior clareza possível nas operações que estão sendo realizadas pelos MEIs. Para que isso ocorra, no entanto, é necessário que o Cfop mais adequado seja selecionado.

"Uma regra fiscal deve ser cumprida, caso ela não seja cumprida na sua totalidade, a nota emitida por esse MEI não vai ter a validade prevista na legislação atual", explica Fagundes.

Perda de benefícios - Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (Sebrae), ao não cumprir suas obrigações com a Receita Federal e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), é possível que o MEI

A maioria dos microempreendedores individuais ainda não se adaptou à formalidade, avalia um especialista FOTO: DIVULGAÇÃO / SEBRAE MINAS

perca uma série de benefícios.

Dentre os benefícios que podem ser perdidos estão melhores condições para obter crédito em instituições financeiras e comerciais, além de cancelamento do CNPJ. Caso tenha dívidas com a União, elas são encaminhadas para a Dívida Ativa no CPF do titular do MEI.

Para garantir que as emissões estejam em conformidade com as novas regras, é necessário que o MEI observe as seguintes informações em suas notas fiscais:

- Dados do emitente (informações básicas com a inclusão do CRT 4);
- Dados do destinatário;
- Descrição dos produtos ou serviços;
- Impostos;
- Cfop, que contou com atualizações;
- Valor total da nota;
- Chave de acesso;
- Data de emissão;

A NF-e costuma ser utilizada por empresas para registrar transações comerciais entre fornecedores e clientes na modalidade B2B (comércio com comércio). Ela pode ser emitida por contribuintes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) em operações de venda de produtos ou prestação de serviços. "Ela é utilizada em operações que exigem um controle mais rigoroso, como vendas a outras empresas", diz Fernandes.

Por outro lado, a NFC-e refere-se à venda ao consumidor final. Essa é a nota que costuma ser utilizada em estabelecimentos comerciais que vendem ao público em geral.

A guia de pagamento do MEI vence todo dia 20 de cada mês. Se a data cair em fim de semana ou feriado, quando não há funcionamento bancário, a DAS-MEI pode ser quitada no dia seguinte, sem nenhum acréscimo de juros e multa. **(Júlia Galvão/Folhapress)**

AGENDA TRIBUTÁRIA FEDERAL

IOB | sage

Histórico

Esta agenda contém as principais obrigações a serem cumpridas nos prazos previstos na legislação em vigor. Apesar de conter, basicamente, obrigações tributárias, de âmbito estadual e municipal, a agenda não esgota outras determinações legais, relacionadas ou não com aquelas, a serem cumpridas em razão de certas atividades econômicas e sociais específicas.

Nos termos do artigo 118, da Parte Geral do RICMS-MG/2023 os prazos fixados para o recolhimento do imposto, só vencem em dia de expediente na rede bancária onde deva ser efetuado o pagamento.

Agenda elaborada com base na legislação vigente em 06/08/2024. Recomenda-se vigilância quanto a eventuais alterações posteriores. Acompanhe o dia a dia da legislação no Site do Cliente (*www.iob.com.br/sitedocliente*).

O recolhimento do ICMS deverá ser efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nas hipóteses não especificadas no artigo 112 ,"g", do RICMS-MG/2023.

Os prazos a seguir são os constantes dos seguintes atos:

a) artigo 112 da Parte Geral do RICMS-MG/2023; e

b) artigo 24 do Anexo VII do RICMS-MG/2023 (produtos sujeitos à substituição tributária).

O Regulamento de ICMS de Minas Gerais é aprovado pelo Decreto nº 48.589/2023.

Dia 9

ISSQN - agosto - contribuinte em geral - Os contribuintes do ISSQN deverão efetuar o recolhimento do imposto até o dia 8 do mês subsequente ao da apuração. Guia de Arrecadação, Decreto nº 17.174/2019, artigo 13, *caput*.

ICMS - agosto - Contribuinte/atividade econômica: indústrias de lubrificantes ou de combustíveis, inclusive álcool para fins carburantes, excetuados os demais combustíveis de origem vegetal.

Notas:

(1) O pagamento do valor remanescente (10% do ICMS devido) deverá ser efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

(2) Desde 1º/05/2023, nos termos do Convênio ICMS nº 199/2022, o diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado do gás natural, estão sujeitos ao regime de tributação monofásica.

(3) Desde 1º/06/2023, nos termos do Convênio ICMS nº 15/2023, a gasolina e o etanol anidro combustível passaram a ser tributados no regime monofásico de tributação. DAE/internet, RICMS-MG/2023, Parte Geral, artigo 112, I, "c.2".

ICMS - agosto - Contribuinte/atividade econômica: comércio atacadista em geral quando não especificado no art. 112, I, "a" do RICMS-MG/2023. **Nota:** O pagamento deve ser efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, Parte Geral, artigo 112, I, "d.1".

ICMS - agosto - Contribuinte/atividade econômica: comércio varejista, inclusive hipermercados, supermercados e lojas de departamentos. **Nota:** O pagamento deve ser efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, Parte Geral, artigo 112, I, "d.2".

ICMS - agosto - Contribuinte/atividade econômica: indústrias não especificadas no artigo 112, I, da alínea "b" e "c" do RICMS-MG/2023. **Nota:** O pagamento deve ser efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, Parte Geral, artigo 112, I, "d.3".

ICMS - agosto - Contribuinte/atividade econômica: prestador de serviço de transporte. Nota: O pagamento deve ser efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, Parte Geral, artigo 112, I, "d.4".

ICMS - agosto - indústrias de bebidas e fumos - fato gerador ocorrido entre os dias 27 e o último dia do mês anterior - Operações próprias da indústria de bebidas, classificada no código 1113-5/02 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00, e da indústria do fumo, classificada no código 1220-4/01 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00. **Notas:**

(1) Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 27 e o último dia do mês anterior.

(2) O recolhimento será efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XI, "b".

ICMS - agosto - prestação de serviço de comunicação na modalidade de telefonia e gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica faturamento - Operações ou prestações próprias do prestador de serviço de comunicação na modalidade de telefonia, classificado nos códigos 6110-8/01 e 6120-5/01 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 30.000.00,00, e do gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica que apresente faturamento, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 300.000.000,00. **Notas:**

(1) Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 24 ao último dia do mês anterior.

(2) O recolhimento será efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XIII, "c".

ICMS - agosto - fabricante de refino de petróleo - Operações próprias do estabelecimento fabricante de produtos do refino de petróleo e de suas bases, classificado no código 1921-7/00 da Cnae, exceto para os produtos enquadrados no regime de tributação monofásica que dispõe de regra de recolhimento diferenciado. Nota: Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 24 e o último dia do mês anterior. O recolhimento será efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XII, "c".

ICMS - Dapi – agosto - Declaração de Apuração e Informação do ICMS (Dapi 1) - Contribuintes sujeitos à entrega: indústria do fumo; demais atacadistas que não possuam prazo específico em legislação; varejistas, inclusive hipermercados, supermercados e lojas de departamento; prestador de serviço de transporte, exceto aéreo; empresas de táxi-aéreo e congêneres. **Nota:** Em face da publicação da Portaria SRE nº 177/2020, foram estabelecidos os requisitos para a opção pela apuração do ICMS a partir de informações lançadas na EFD, em substituição à Declaração de Apuração e Informação do ICMS, modelo 1 (Dapi 1). Internet, RICMS-MG/2023, anexo V, parte 1, artigo 141, III.

ICMS - agosto - substituição tributária - O distribuidor hospitalar situado no Estado é responsável, na condição de sujeito passivo por substituição, pela retenção e pelo recolhimento do ICMS devido nas operações subsequentes com as mercadorias elencadas no capítulo 13 (medicamentos) da parte 2 do anexo VII, do RICMS-MG/2023. **Nota:** O recolhimento será efetuado no dia 9 do mês subsequente ao da saída da mercadoria, na hipótese do artigo 77 da Parte 1 do Anexo VII do RICMS-MG/2023. DAE/internet, RICMS-MG/2023, anexo VII, parte 1, artigos 77 e 80.

ICMS - agosto - substituição tributária - Recolher no dia 9 do mês subsequente ao da saída da mercadoria, nas hipóteses:

a) dos artigos 13 e 14, parte 1, do anexo VII, tratando-se de sujeito passivo por substituição inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS deste Estado;

b) do inciso I do artigo 17 e do inciso III do artigo 18, ambos da parte 1, do anexo VII. DAE/internet, RICMS-MG/2023, anexo VII, parte 1, artigo 24, III, "a" e "b.

FINANÇAS

Inflação registra primeira queda neste ano em Belo Horizonte

PREÇOS IPCA calculado pela Fundação Ipead fica em 0,25% em agosto, contra 0,55% em julho

THYAGO HENRIQUE

Após registrar 0,55% em julho, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de Belo Horizonte caiu para 0,25% em agosto, a primeira redução da inflação em 2024. Com este resultado, a alta acumulada do indicador chegou a 5,38% no ano e a 7,85% nos últimos 12 meses.

Os dados são de um levantamento realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), divulgado na sexta-feira (6).

A queda no custo de vida da população belo-horizontina foi influenciada por três itens principais: excursões (-10,57% e impacto de -0,35 pontos percentuais sobre o IPCA), tarifa de energia elétrica residencial (-2,62% e -0,08 p.p.) e passagem aérea (-23,02% e -0,05 p.p.).

Já as maiores altas nos preços foram da gasolina comum (3,56% e 0,15 p.p.), condomínio residencial (1,70% e 0,08 p.p.) e aluguel residencial (1,59% e 0,04 p.p.).

De acordo com o consultor da entidade, Diogo Santos, os preços das excursões caíram devido a um ajuste normal de demanda. Ele afirma que os valores subiram bastante durante as férias e, agora, como não é um período de alta procura por serviços de turismo, sofreram essa correção.

O mesmo vale para a redução dos valores das passagens aéreas. No caso, os bilhetes encareceram fortemente durante a pandemia da Covid-19, depois estabilizaram e, nos últimos meses, têm apresentado uma sequência de quedas associada a uma maior recuperação da economia, que eleva a demanda por viagens aéreas, e aos recentes movimentos do governo federal para tentar diminuir as tarifas.

Sobre a redução dos preços da energia residencial, Santos esclarece que trata-se de uma fase de alívio da pressão inflacionária sentida recentemente com ajustes na tarifa. O consultor lembra que a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) realizou o reajuste anual e, depois, houve uma majoração com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) alterando a bandeira tarifária.

A variação negativa de agosto não é considerada como deflação pelo Ipead. Ele ressalta que, para a entidade, um processo deflacionário ocorre em um período mais longo de queda nos valores, tornando-se um fenômeno problemático, ao contrário da baixa registrada, que é benéfica.

Quanto aos grupos analisados pelo estudo, o de alimentação foi quem apresentou a principal redução média de valores, de 0,79%, e o maior impacto sobre o IPCA de Belo Horizonte no oitavo mês do ano, de -0,14 p.p. Esse resultado ocorreu em razão tanto do movimento de baixa do subgrupo alimentação na residência quanto da alimentação fora da residência.

Os preços médios do grupo de produtos não alimentares também caíram em agosto, conforme o Ipead. Neste caso, o recuo foi devido à desaceleração dos valores dos produtos administrados e do recuo do subgrupo pessoais, visto que o de habitação teve um aumento mensal.

Pressão - Analisando o que vem pela frente, o consultor da Fundação Ipead ressalta que uma série de elementos pode influenciar nos resultados, uma vez que cada atividade tem sua própria dinâmica. Contudo, ele afirma que as hipóteses são de que fatores, como a depreciação da moeda e a estiagem prolongada,possam pressionar o IPCA de Belo Horizonte nos próximos meses.

"A desvalorização cambial que tivemos no meio do ano, aos poucos aumenta o custo das empresas para importar insumos, e de algum modo elas podem decidir repassar isso para os preços. Teremos que verificar na inflação, principalmente de setembro, se terá impactos", diz.

"Outro elemento é que estamos vivendo agora um período de seca muito acentuado e fora do padrão. Isso pode também gerar algum tipo de pressão na inflação por aumento de custos, por exemplo, para alimentar os animais e manter as plantações devidamente irrigadas", conclui.

O preço médio das passagens aéreas diminuiu 23,02% no mês passado na capital mineira FOTO: DIVULGAÇÃO / BH AIRPORT

> **"Estamos vivendo agora um período de seca muito acentuado e fora do padrão. Isso pode também gerar algum tipo de pressão na inflação por aumento de custos, por exemplo, para alimentar os animais"**
>
> Diogo Santos

Cesta básica tem menor valor em 2024

O custo da cesta básica em Belo Horizonte, que representa o gasto médio de um trabalhador adulto com alimentação, também é medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead). Após cair 4,51% em fevereiro, o indicador recuou 2,04% em agosto, chegando a R$ 685,25, o menor valor observado em 2024.

Dos 13 itens que compõem a cesta, oito ficaram mais baratos. Considerando a importância relativa de cada um, os que mais contribuíram para o resultado registrado foram: batata-inglesa (-22,53% e -1,69 p.p.), tomate (-10,34% e -0,76 p.p.) e manteiga (-4,33% e -0,27 p.p.).

Atualmente, o custo da cesta básica na Capital representa menos do que a metade de um salário mínimo (48,6%). A última vez que isso aconteceu foi há quase quatro anos, em outubro de 2020.

Para o consultor da Fundação Ipead, Diogo Santos, este fato demonstra a importância da valorização do salário mínimo para garantir um ganho no poder de compra. Santos salienta que se o salário mínimo não fosse reajustado acima da inflação, não seria possível comprar duas cestas básicas com o valor. **(TH)**

IGP-DI desacelera e fecha o mês passado com alta de 0,12%

São Paulo - A alta do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) desacelerou em linha com o esperado em agosto, devido à queda nas *commodities* aos produtores e dos preços aos consumidores, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) na sexta-feira (6).

O IGP-DI subiu 0,12% em agosto, depois de avanço de 0,83% no mês anterior, em linha com a expectativa em pesquisa da Reuters de alta de 0,11%. O resultado levou o índice a acumular uma alta de 4,23% em 12 meses.

"Em agosto, a inflação ao produtor apresentou desaceleração significativa. A queda nos preços de *commodities* importantes, como minério de ferro e soja, foi determinante para a desaceleração da inflação entre os produtos agropecuários e industriais", disse André Braz, coordenador dos índices de preços.

No período, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde por 60% do indicador geral, desacelerou para uma alta de 0,11%, após subir 0,93% no mês anterior.

No IPA, a queda nos preços do grupo das Matérias-Primas Brutas foi o maior destaque de agosto, chegando a 0,47% no mês, ante elevação de 1,54% em julho, sendo que as principais contribuições para esse movimento foram dos itens minério de ferro (1,34% para -6,28%), soja em grão (0,59% para -2,03%) e leite *in natura* (5,27% para 0,65%).

Braz ainda destacou o resultado no Índice de Preços ao Consumidor (IPC) - que responde por 30% do IGP-DI - como um fator para o índice geral. O IPC registrou queda de 0,16% em agosto, após subir 0,54% em julho.

Quatro das oito classes de despesa que compõem o índice apresentaram decréscimo em suas taxas de variação: Educação, Leitura e Recreação (3,48% para -0,60%), Habitação (0,61% para -0,40%), Despesas Diversas (1,84% para 0,45%) e Transportes (1,09% para 0,82%).

O Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), por sua vez, apresentou alta de 0,70% em agosto, de 0,72% antes.

O IGP-DI calcula os preços ao produtor, consumidor e na construção civil entre o 1º e o último dia do mês de referência. **(Reuters)**

APLICAÇÕES

Saques superam depósitos na poupança

Brasília - As retiradas da poupança, em agosto, superaram as aplicações em R$ 398 milhões, informou na sexta-feira (6) o Banco Central (BC). Os dados constam do relatório de poupança divulgado pelo BC e mostram que no mês passado, os brasileiros aplicaram na poupança R$ 351,765 bilhões e sacaram R$ 352,163 bilhões. Ainda assim foi o menor nível de retirada mensal desde outubro de 2019, de acordo com dados do BC.

No acumulado do ano, a poupança registra retirada líquida de R$ 4,099 bilhões. Foram apenas três meses com o valor dos depósitos superior ao dos saques até agora em 2024.

Os recursos aplicados da caderneta em crédito imobiliário (SBPE) registraram depósitos de R$ 302,365 bilhões e saques de R$ 303,653 bilhões, enquanto os valores aplicados no crédito rural somaram R$ 49,4 bilhões e as retiradas ficaram em R$ 48,510 bilhões.

Em relação à captação líquida, o relatório mostra que os valores do SBPE ficaram em R$ 1,288 bilhão, enquanto os recursos aplicados no crédito rural tiveram captação líquida de R$ 890 milhões.

O BC informou ainda que o rendimento total da poupança no mês ficou em R$ 5,439 bilhões, resultante de R$ 4,070 bilhões de rendimentos no SBPE e R$ 1,369 no crédito rural. Com isso, o saldo total da poupança somou R$ 1,020 trilhão. Em julho o rendimento teve saldo de R$ 1,016 trilhão.

A rentabilidade atual da caderneta de poupança é dada pela taxa referencial (TR) mais uma remuneração fixa de 0,5% ao mês. Esta fórmula vale enquanto a taxa Selic estiver acima de 8,5% ao ano -- a taxa básica de juros está atualmente em 10,50% ao ano e o Banco Central volta a se reunir em 17 e 18 de setembro para deliberar sobre a taxa básica. **(ABr/Reuters)**

Valores esquecidos em contas somam R$ 8,56 bilhões no País

BANCOS De acordo com o SVR do BC, foram devolvidos R$ 7,67 bilhões de um total de R$ 16,23 bilhões colocados à disposição pelas instituições financeiras

Brasília - Os brasileiros ainda não sacaram R$ 8,56 bilhões em recursos esquecidos no sistema financeiro até o fim de julho, divulgou na sexta-feira (6) o Banco Central (BC). Até agora, o Sistema de Valores a Receber (SVR) devolveu R$ 7,67 bilhões, de um total de R$ 16,23 bilhões postos à disposição pelas instituições financeiras.

As estatísticas do SVR são divulgadas com dois meses de defasagem. Em relação ao número de beneficiários, até o fim de julho, 22.201.251 correntistas haviam resgatado valores. Apesar de a marca ter ultrapassado os 22 milhões, isso representa apenas 32,8% do total de 67.691.066 correntistas incluídos na lista desde o início do programa, em fevereiro de 2022.

Entre os que já retiraram valores, 20.607.621 são pessoas físicas e 1.593.630, pessoas jurídicas. Entre os que ainda não fizeram o resgate, 41.878.403 são pessoas físicas e 3.611.412, pessoas jurídicas.

A maior parte das pessoas e empresas que ainda não fizeram o saque tem direito a pequenas quantias. Os valores a receber de até R$ 10 concentram 63,01% dos beneficiários. Os valores entre R$ 10,01 e R$ 100 correspondem a 25,32% dos correntistas. As quantias entre R$ 100,01 e R$ 1 mil representam 9,88% dos clientes. Só 1,78% tem direito a receber mais de R$ 1 mil.

Depois de ficar fora do ar por quase um ano, o SVR foi reaberto em março de 2023, com novas fontes de recursos, um novo sistema de agendamento e a possibilidade de resgate de valores de pessoas falecidas. Em julho, foram retirados R$ 280 milhões, alta em relação ao mês anterior, quando tinham sido resgatados R$ 270 milhões.

Melhorias - A atual fase do SVR tem novidades importantes, como impressão de telas e de protocolos de solicitação para compartilhamento no WhatsApp e inclusão de todos os tipos de valores previstos na norma do SVR. Também haverá uma sala de espera virtual, que permite que todos os usuários façam a consulta no mesmo dia, sem a necessidade de um cronograma por ano de nascimento ou de fundação da empresa.

Além dessas melhorias, há a possibilidade de consulta a valores de pessoa falecida, com acesso para herdeiro, testamentário, inventariante ou representante legal. Assim como nas consultas a pessoas vivas, o sistema informa a instituição responsável pelo valor e a faixa de valor. Também há mais transparência para quem tem conta conjunta. Se um dos titulares pedir o resgate de um valor esquecido, o outro, ao entrar no sistema, conseguirá ver as informações: como valor, data e CPF de quem fez o pedido.

Desde a última terça-feira (3), o BC permite que empresas encerradas consultem valores no SVR. O resgate, no entanto, não pode ser feito pelo sistema, com o representante legal da empresa encerrada enviando a documentação necessária para a instituição financeira.

A maioria das pessoas e empresas que ainda não sacaram seus recursos nos bancos tem direito a pequenas quantias FOTO: MARCELLO CASAL JR. / AGÊNCIA BRASIL

Como a empresa com CNPJ inativo não tem certificado digital, o acesso não era possível antes. Isso porque as consultas ao SVR são feitas exclusivamente por meio da conta Gov.br.

Agora o representante legal pode entrar no SVR com a conta pessoal Gov.br (do tipo ouro ou prata) e assinar um termo de responsabilidade para consultar os valores. A solução aplicada é semelhante ao acesso para a consulta de valores de pessoas falecidas. **(ABr)**

> **"O SVR foi reaberto em março de 2023, com novas fontes de recursos, um novo sistema de agendamento e a possibilidade de resgate de valores de pessoas falecidas"**

Indicadores Econômicos

Dólar

		06/09/2024	05/09/2024	04/09/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,5890	R$ 5,5710	R$ 5,6390
	VENDA	R$ 5,5900	R$ 5,5710	R$ 5,6400
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,5696	R$ 5,6043	R$ 5,6353
	VENDA	R$ 5,5702	R$ 5,6049	R$ 5,6359
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,6250	R$ 5,6110	R$ 5,6700
	VENDA	R$ 5,8050	R$ 5,7910	R$ 5,8500

Fonte: BC

Inflação

Índices	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	0,61%	-	1,71%	3,82%
IPC-Fipe	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	0,06%	-	1,93%	3,17%
IGP-DI (FGV)	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	0,83%	-	1,95%	4,16%
INPC-IBGE	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	0,26%	-	2,95%	4,06%
IPCA-IBGE	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	0,38%	-	2,87%	4,50%
IPCA-IPEAD	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	0,55%	-	5,64%	7,80%

TR/Poupança

28/07 a 28/08	0,0708	0,5712
01/08 a 01/09	0,0707	0,5711
02/08 a 02/09	0,0668	0,5671
03/08 a 03/09	0,0668	0,5671
04/08 a 04/09	0,0705	0,5709
05/08 a 05/09	0,0742	0,5746
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722
05/09 a 05/10	0,0718	0,5722

Ouro

	06/09/2024	05/09/2024	04/09/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.497,39	US$ 2.516,42	US$ 2.493,95
BM&F-SP (g)	R$ 451,95	R$ 451,95	R$ 451,90

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24	0,08	0,25
UPC (R$)	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08	24,44	24,44
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67	6,91	6,91

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50
Julho	0,91	10,50
Agosto	0,87	10,50

Reservas Internacionais

05/09.......... US$ 368.984 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).

b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.

c) Contribuição previdenciária.

d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7957	0,8132
COLON/COSTA RICA	35	0,3543	0,3566
COLON/EL SALVADOR	40	0,01047	0,0107
COROA DINAMARQUESA	55	0,8273	0,8275
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04046	0,04052
COROA NORUEGUESA	65	0,5199	0,5201
COROA SUECA	70	0,5412	0,5414
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5163	1,5166
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,7172	3,7181
DOLAR/BAHAMAS	155	5,5696	5,5702
DOLAR CANADENSE	165	4,1065	4,1072
DOLAR DA GUIANA	170	0,02647	0,02678
DOLAR CAYMAN	190	6,6702	6,7518
DOLAR CINGAPURA	195	4,2781	4,2811
DOLAR HONG KONG	205	0,7145	0,7146
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8159	0,8235
DOLAR DOS EUA	220	5,5696	5,5702
FORINT/HUNGRIA	345	0,01565	0,01566
FRANCO SUICO	425	6,6069	6,6099
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007197	0,0007202
IENE	470	0,03919	0,03919
LIBRA/EGITO	535	0,1149	0,1151
LIBRA ESTERLINA	540	7,3134	7,3148
LIBRA/LIBANO	560	0,0000622	0,0000622
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004283	0,0004285
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,174	0,1741
NOVO SOL/PERU	660	1,4665	1,4672
PESO ARGENTINO	665	0,06632	0,06637
PESO CHILE	715	0,005876	0,00588
PESO/COLOMBIA	720	0,001337	0,001338
PESO/CUBA	725	0,2321	0,2321
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09276	0,09337
PESO/FILIPINAS	735	0,09926	0,0993
PESO/MEXICO	741	0,2777	0,2778
PESO/URUGUAIO	745	0,138	0,1381
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7191	0,7208
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002644	0,002661
RENMINBI HONG KONG	796	0,7856	0,7857
RIAL/CATAR	800	1,5276	1,5286
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4837	1,4839
RINGGIT/MALASIA	828	1,2854	1,287
RUBLO/RUSSIA	830	0,06164	0,06165
RUPIA/INDIA	860	0,06633	0,06638
WON COREIA SUL	930	0,004165	0,00417
EURO	978	6,1739	6,1751

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Maio/2024	Julho/2024	0,002832	0,005234
Junho/2024	Agosto/2024	0,003207	0,005610

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

26/08	0,01365991	3,04891012
27/08	0,01366019	3,04897093
28/08	0,01366019	3,04897093
29/08	0,01366019	3,04897093
30/08	0,01366062	3,04906731
31/08	0,01366106	3,04916471
01/09	0,01367115	3,05141767
02/09	0,01367115	3,05141767
03/09	0,01367158	3,05151470
04/09	0,01367202	3,05161246
05/09	0,01367246	3,05171087
06/09	0,01367290	3,05180928
07/09	0,01367334	3,05190677
08/09	0,01367334	3,05190677
09/09	0,01367334	3,05190677

Fonte: Fenaseg

TBF

29/08 a 29/09	0,8145
30/08 a 30/09	0,7772
01/09 a 01/10	0,7760
02/09 a 02/10	0,8150
03/09 a 03/10	0,8184
04/09 a 04/10	0,8186

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Julho	1,0450
IGP-DI (FGV)	
Julho	1,0416
IGP-M (FGV)	
Julho	1,0382

Agenda Federal

sage

Dia 10

Comprovante de Juros sobre o Capital Próprio - PJ - Fornecimento, à beneficiária pessoa jurídica, do Comprovante de Pagamento ou Crédito de Juros sobre o Capital Próprio no mês de agosto/2024 (art. 2º, II, da Instrução Normativa SRF nº 41/1998). Formulário

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de agosto/2024 incidente sobre produtos classificados no código 2402.20.00 (cigarros que contenham tabaco), e as cigarrilhas classificadas no Ex 01 do código 2402.10.00 da TIPI (Cód. DARF 1020).
Darf Comum (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Documento - de recolhimento - Envio ao sindicato - Envio, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados, da cópia do documento de recolhimento das contribuições previdenciárias relativa à competência agosto/2024 (Lei nº 8.870/1994, art. 3º).
Documento de recolhimento (cópia)

Dia 13

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis:
a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc).
b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica.
Internet. Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, "a"; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

EFD - Contribuições - Entrega da EFD-Contribuições relativa aos fatos geradores ocorridos no mês de julho/2024 (Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012, art. 7º). Internet

IOF: Pagamento do IOF apurado no 1º decêndio de setembro/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 1º a 10.09.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005):
a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;
b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e
c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos. Darf Comum (2 vias)

Cide - Pagamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico cujos fatos geradores ocorreram no mês de agosto/2024 (art. 2º, § 5º, da Lei nº 10.168/2000; art. 6º da Lei nº 10.336/2001):
- Incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties ou remuneração previstos nos respectivos contratos relativos a fornecimento de tecnologia, prestação de serviços de assistência técnica, cessão e licença de uso de marcas e cessão e licença de exploração de patentes - Cód. Darf 8741.
- Incidente na comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível (Cide-Combustíveis) - Cód. Darf 9331.
Darf Comum (2 vias)

Cofins/PIS- Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005), no período de 16 a 31.08.2024.
Darf Comum (2 vias)

VARIEDADES

Palácio das Mangabeiras pode virar “bem público definitivo”

IRIS AGUIAR

O governo de Minas Gerais encaminhou à Assembleia Legislativa (ALMG) um projeto de lei que visa transformar o Palácio das Mangabeiras, antiga residência oficial dos governadores, em um bem público definitivo. A proposta foi protocolada na ALMG na última quarta-feira (4), buscando assegurar que o imóvel continue a ser utilizado para atividades culturais e de lazer.

A nova proposta, se aprovada, vinculará o palácio à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult), que assumirá a gestão, conservação e administração do espaço, mantendo sua destinação atual. O projeto também prevê a possibilidade de transformação do imóvel em museu, parcial ou totalmente.

Desde 2019, o Palácio das Mangabeiras foi cedido à Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) e aberto ao público para uma variedade de eventos e atividades. A transferência da gestão do Palácio das Mangabeiras à Secult incluirá a responsabilidade por programas, projetos, contratos e convênios atualmente em vigor.

O governador Romeu Zema (Novo) defende que a destinação pública do espaço seja mantida permanentemente, ressaltando a economia gerada para os cofres estaduais ao evitar seu uso como residência oficial, o que já resultou em uma economia de R$ 3,3 milhões por ano. “Era um excesso, um espaço público de caráter privado e gerando despesas. Sempre foi meu desejo que ele fosse entregue, em definitivo, à população. Com a aprovação, queremos que, independentemente de quem estiver na administração pública estadual, o Palácio das Mangabeiras seja mantido com a destinação de abertura ao público. É o legado que queremos

“Se projeto de lei for aprovado pela ALMG, vinculará o palácio à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo”

deixar”, enfatiza o governador

Histórico - Inaugurado entre 1951 e 1955, o Palácio das Mangabeiras foi projetado pelo renomado arquiteto Oscar Niemeyer, com jardins desenhados por Roberto Burle Marx. Localizado aos pés da Serra do Curral, o palácio faz parte de um perímetro tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Com cerca de 42 mil metros quadrados de área, o imóvel é um dos marcos da paisagem de Belo Horizonte e já serviu como residência para o então governador Juscelino Kubitschek.

Em 2022, o governo criou o Parque do Palácio, um espaço aberto à população que recebe eventos culturais, como exposições e apresentações artísticas. Entre 2023 e 2024, o local foi palco de 42 grandes eventos, além de cerimônias menores como casamentos e oficinas. A gestão do palácio é feita por uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) composta pela Codemge e outras entidades.

Nos finais de semana, portanto, o Parque do Palácio já tem programação diversificada e divertida para que o público aproveite ao máximo os dias de lazer. É possível começar a manhã tomando um delicioso café em uma cafeteria instalada dentro do Parque. (***Estagiária, sob supervisão da edição. Com informações Agência Minas)**

Desde 2019, o Palácio das Mangabeiras foi cedido à Codemge e aberto ao público para programações de lazer e cultura FOTO: MARCO EVANGELISTA / IMPRENSA MG

Inaugurado entre 1951 e 1955, palácio, que era ex-residência oficial de governadores, foi projetado por Oscar Niemeyer FOTO: MARCO EVANGELISTA / IMPRENSA MG

Moteh 2024: pensando os direitos humanos

Em um mundo onde os direitos humanos ainda são incompreendidos, a Mostra de Teatro e Direitos Humanos (Moteh 2024) surge como um farol de reflexão e ativismo. Até o dia 21 de setembro, o galpão da ZAP 18, o Espaço Comum Luiz Estrela, o Centro Cultural Pampulha e o Parque Ecológico da Pampulha, na capital mineira, vão se transformar em palco de questionamentos, onde 11 espetáculos e performances desafiam o público a repensar o presente e imaginar um futuro mais justo e igualitário. A programação diversificada, que inclui teatro, performance, oficinas e um seminário, busca abordar a complexidade dos direitos humanos e suas interseções com questões como raça, gênero, sexualidade, acessibilidade e religião.

Com 53 artistas inscritos de todo o Brasil, a Moteh 2024 é uma prova da urgência e relevância da arte como ferramenta de transformação social. “O intuito da mostra é mergulhar em questões cruciais da sociedade contemporânea, explorando temas como desigualdade social, racismo, violência doméstica, inclusão, acessibilidade, memória, identidade, meio ambiente, fundamentalismo religioso e a luta por um Estado laico. Através da arte, o evento busca dar voz a grupos marginalizados, provocar reflexões críticas e inspirar ações transformadoras”, explica a coordenadora geral do evento, Cris Moreira. A mostra é realizada pela Zona de Arte de Periferia (ZAP 18), em parceria com o coletivo Os Conectores.

A entrada é gratuita em toda a programação, incluindo o seminário “A Importância do Estado Laico para os Direitos Humanos” que vai ser no Espaço Comum Luiz Estrela (rua Manaus, 348 - São Lucas) no dia 21, às 14 horas. O seminário vai promover um bom debate sobre a relação entre Estado, religião e a garantia dos direitos fundamentais.

Quem quiser conferir os espetáculos, horários e endereços dos espaços, é só acessar o Instagram da mostra: *@moteh.2024*

Programação é extensa e reúne espetáculos e performances FOTO: DIVULGAÇÃO / SANTIAGO HARTE

Orquestra OVO celebra a primavera

Conhecida por possibilitar uma formação orquestral de excelência a jovens estudantes de música, a OVO | Orquestra de Formação e Transformação apresenta o concerto Sons da Primavera, oportunidade única para celebrar a chegada da primavera, com as obras Alvorada (da ópera Lo Schiavo), de Carlos Gomes; Prelúdio para “a tarde de um fauno”, de Debussy, e a primaveril 8ª Sinfonia em Fá maior, de Beethoven. As apresentações serão realizadas nos dias 21 de setembro (sábado), às 18h, e 22 de setembro (domingo), às 11h, ambas na Sala Minas Gerais, no Barro Preto, em BH. Os ingressos custam a partir de R$ 20 a meia-entrada e podem ser adquiridos pelo seguinte link: *https://ovo.byinti.com*.

FOTO: DIVULGAÇÃO / ALEXANDRE REZENDE

“Terça da Dança”

Espetáculo gratuito para quem ama o universo da dança é um presente para o público de Belo Horizonte e para quem tiver curtindo a capital mineira em plena terça-feira. O Teatro Marília (avenida Professor Alfredo Balena, 586 - Santa Efigênia) vai receber na próxima terça-feira (10), às 19h30, o solo de dança “Metamorfose”, que é assinado pelo artista multilinguagem Gustavo Silvestre. O espetáculo, inspirado no clássico da literatura mundial “A metamorfose”, do escritor Franz Kafka (1883 - 1924), é uma atração do projeto intitulado “Terça da Dança” e será aberto ao público. Os ingressos podem ser retirados no site *Sympla* ou na bilheteria do Teatro Marília duas horas antes da apresentação. “Metamorfose” é uma experimentação imersiva que faz uma interseção entre a dança, o teatro e também o audiovisual. O espetáculo é um sucesso e esteve em cartaz na Europa, recebendo o prêmio de júri popular do Festival Imaginarius (Portugal).

Vem aí o Festival Sertanejo

Quem deseja curtir um grande evento e gosta de sertanejo já pode se preparar. O Festival Sertanejo, um dos eventos mais aguardados do ano na capital mineira, vai agitar o Gigante da Pampulha na próxima semana com Lauana Prado, Felipe Araújo, Murilo Huff e Ícaro & Gilmar. Os artistas vão subir ao palco no dia 14 de setembro (sábado), a partir das 14h, na Esplanada do Mineirão (Av. Antônio Abrahão Caram, 1001 - São José, Belo Horizonte – MG). Os ingressos podem ser adquiridos por meio do site *www.nenety.com.br.* Desde a sua primeira edição, em 2015, o evento - que começou como Festival Brasil Sertanejo - reuniu os maiores nomes da música sertaneja e milhares de fãs.

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067